



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2179/2025

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA SESSÃO: 12/05/2026

HORÁRIO: 09H00M (NOVE HORAS)

ENDEREÇO: <https://www.licitanet.com.br/>

DISPUTA DE LANCES: ABERTO

INFORMAÇÕES: Tel: (63) 3551-1013 E-mail: cplmontesanto@gmail.com

LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

08h59m (oito horas e cinquenta e nove minutos).

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

09h00m (nove horas).



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 006/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2179/2025

O **MUNICÍPIO DE MONTE SANTO DO TOCANTINS/TO**, no uso das atribuições que lhe são constitucionalmente conferidas, faz publicar o presente edital de licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e posteriores dispositivos relacionados, bem como nos termos das condições e exigências estabelecidas neste instrumento convocatório e anexos, conforme abaixo informado.

SÍNTESE DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA SESSÃO: 12/05/2026

HORÁRIO: 09H00M (nove horas)

ENDEREÇO: <https://www.licitanet.com.br/>

DISPUTA DE LANCES: ABERTO

PREGOEIRO: OSVALDO CAMPOS BATISTA

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO, conforme descritivo no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, os quais integram o presente processamento, conforme abaixo segue:

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO
1	100	PC	ABRAÇADEIRA NYLON 2.5 X 300MM – PCT 100 UNDS.
2	30	UN	ADAPTADOR DE 25X3/4 MARROM
3	15	UN	ADESIVO EPÓXI 250G
4	3	UN	ALICATE DE PRESSÃO 10
5	30	UN	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO
6	20	KG	ARAME 18 RECOZIDO
7	45	KG	ARAME GALVANIZADO 14 POLEGADAS 55KGF/MM² DE RESISTÊNCIA À TRAÇÃO, GALVANIZADO, DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 37M/KG, DIÂMETRO: 2,10MM, BITOLA (BWG): 14, ROLO 1KG.
8	15	KG	ARAME GALVANIZADO Nº16 (BWG)
9	50	KG	ARAME RECOZIDO
10	50	KG	ARAME RECOZIDO TRANÇADO
11	30	UN	ARCO DE SERRA REFORÇADA C/ LAMINA
12	200	M³	AREIA FINA
13	200	M³	AREIA GROSSA LIMPA
14	50	UN	ARGAMASSA MOD. ACI-20 KG
15	500	UND	ARRUELA 1/2 POLEGADA
16	150	UN	ARRUELA 3/8
17	150	UN	ARRUELA 5/8
18	20	UN	ASSENTO SANIT. SIMPLES BRANCO
19	20	UN	ASSENTO SANITARIO CONVENCIONAL ACESSO PLUS, DIMENSÕES: COR: BRANCO, MATERIAL: POLIPROPILENO, PESO 1,05KG
20	5	UN	BACIA SANITÁRIA SIMPLES BRANCA

21	10	UN	BALDE PARA ARGAMASSA 10 L
22	20	UN	BALDE PLASTICO COM PEGADO EM AÇO 10 LITROS
23	40	UND	BARRA DE COLUNA 5/16 DE 6MTS
24	30	UND	BARRA DE FERRO TRELIÇA
25	60	UND	BARRA DE PARAFUSO 1/2
26	60	UND	BARRA DE VERGALHÃO 12,5MM DE 12 METROS
27	60	UND	BARRA DE VERGALHÃO 6,3MM DE 12 METROS
28	60	MT	BARRA ROSQUEADA 5/8 1MT
29	50	MT	BARRA ROSQUEADA UMC 1/4, 1MT
30	50	MT	BARRA ROSQUEADA UMC 1/2, 1MT
31	100	MT	BARRA ROSQUEADA UMC 3/8, 1MT
32	100	MT	BARRA ROSQUEADA UMC 5/16, 1MT
33	5	UN	BOIA AUT.SUP. 20A
34	10	UN	BOIA DE 1/2 P/ CAIXA D ÁGUA
35	10	UN	BOIA DE 3/4 P/ CAIXA D ÁGUA
36	72	MT	BRITA Nº 00
37	120	MT	BRITA Nº 01
38	60	MT	BRITA Nº 02
39	20	UN	BROCA EM ESPIRAL PARA MADEIRA 12 MM
40	20	UN	BROCA EM ESPIRAL PARA MADEIRA 4 MM
41	20	UN	BROCA EM ESPIRAL PARA MADEIRA 5 MM - COMPOSIÇÃO DO MATERIAL: AÇO. DIÂMETRO: 5MM. COMPRIMENTO TOTAL: 85MM.COMPRIMENTO ÚTIL: 45MM

42	20	UN	BROCA EM ESPIRAL PARA MADEIRA 6 MM - COMPOSIÇÃO DO MATERIAL: AÇO. DIÂMETRO: 6MM. COMPRIMENTO TOTAL: 90MM. COMPRIMENTO ÚTIL: 50MM
43	25	UN	BROCA PARA CONCRETO P DE METAL VÍDEA 05MM: MATERIAL: METAL DURO VÍDEA, COR: AÇO CROMADO
44	25	UN	BROCA PARA CONCRETO PONTA DE METAL 06MM MATERIAL: METAL DURO VÍDEA, COR: AÇO CROMADO
45	25	UN	BROCA PARA CONCRETO PONTA DE METAL DURO / VÍDEA 08MM. MATERIAL: METAL DURO VÍDEA, COR: AÇO CROMADO.
46	25	UN	BROCA PARA CONCRETO PONTA DE METAL DURO / VÍDEA 10MM. MATERIAL: METAL DURO VÍDEA, COR: AÇO CROMADO
47	20	CX	BUCHA DE NYLON Nº 10, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERB
48	20	CX	BUCHA DE NYLON Nº 12, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERB
49	20	CX	BUCHA DE NYLON Nº 6, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERBA
50	20	CX	BUCHA DE NYLON Nº 8, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERBA
51	10	UN	BUCHA DE RED. 25X20
52	50	UN	BUCHA DE REDUÇÃO DE 50MM X 40MM ESGOTO

53	50	UN	BUCHA DE REDUÇÃO DE 75MM X 50MM SOLDÁVEL PARA ESGO
54	30	UN	CABO DE ENXADA COM MARCA
55	20	UN	CABO DE MACHADO EM MADEIRA
56	20	UN	CABO DE PA QUADRADA COM MARCA
57	20	UN	CABO DE PICARETA-CHIB.
58	15	UN	CADEADO COMPLETO Nº30 CORPO EM LATÃO MACIÇO, HASTE EM AÇO C/ DUAS CHAVES EM LATÃO
59	15	UN	CADEADO COMPLETO Nº35 CORPO EM LATÃO MACIÇO, HASTE EM AÇO C/ DUAS CHAVES EM LATÃO
60	15	UN	CADEADO COMPLETO Nº40 CORPO EM LATÃO MACIÇO, HASTE EM AÇO C/ DUAS CHAVES EM LATÃO
61	15	UN	CADEADO CORPO EM LATÃO E TRAVA EM AÇO CROMADO TRI-CIRCLE DE 20 MM
62	15	UN	CADEADO CORPO EM LATÃO E TRAVA EM AÇO CROMADO TRICIRCLE DE 25MM
63	50	UN	CAIBRO C/5,00 MISTO
64	50	UN	CAIBRO C/6,00 MISTO
65	10	UN	CAIXA 500 LITRO FIBRA
66	20	UN	CAMARA DE AR PARA CARRINHO
67	20	UN	CANO 200 ESG COM 6 MTS
68	100	UN	CANO AZUL 32MM IRRIGAÇÃO TUBO PVC DN1 PN40 C/ 6 ME
69	20	UN	CANO DE 100 ESG COM 6MTS
70	20	UN	CANO DE 25 MARRON COM 6MTS
71	20	UN	CANO DE 32 MARRON COM 6MTS

72	20	UN	CANO DE 40 ESG COM 6MTS
73	10	UN	CANO DE 50 MARRON COM 6MTS
74	10	UN	CANO DE DESCARGA
75	60	UN	CAP DE 25 SOLDABEL
76	20	UN	CAP SOLDABEL-DN 32.
77	5	UN	CARRINHO DE MÃO REFORÇADO 60 LITROS - PINTURA ANTICORROSIVA ELETROSTÁTICA (A PÓ); CAÇAMBA REFORÇADA, FABRICADA EM CHAPA DE AÇO 1,5MM; VARAL REFORÇADO, FABRICADO EM TUBO DE AÇO 1,5MM; VOLUME MÁXIMO: 60 LITROS; CARGA MÁXIMA: 150KG; DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 1.600MM; LARGURA: 620MM; ALTURA: 610MM.
78	5	UN	CAVADEIRA ARTICULADA GRANDE BOCA DE LOBO COM CABO DE MADEIRA DE 1,50 M - FABRICADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE E RECEBE PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, QUE TEM UMA MELHOR APRESENTAÇÃO VISUAL E MAIOR PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO. O CABO DESTA FERRAMENTA, ALÉM DE POSSUIR ÓTIMA RESISTÊNCIA, É PRODUZIDO COM MADEIRA DE ORIGEM RENOVÁVEL. COMPRIMENTO DO CABO: 120CM. COMPRIMENTO DAS GARRAS: 24CM.

79	5	UN	CAVADEIRA ARTICULADA GRANDE BOCA DE LOBO COM CABO DE MADEIRA DE 1,50 M - FABRICADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE E RECEBE PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, QUE TEM UMA MELHOR APRESENTAÇÃO VISUAL E MAIOR PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO. O CABO DESTA FERRAMENTA, ALÉM DE POSSUIR ÓTIMA RESISTÊNCIA, É PRODUZIDO COM MADEIRA DE ORIGEM RENOVÁVEL. COMPRIMENTO DO CABO: 150CM. COMPRIMENTO DAS GARRAS: 24CM.
80	80	M²	CERÂMICA BR 45X45 TIPO A
81	3.000	SC	CIMENTO 50KG
82	10	UN	COLA ARALDITE 10MIN. 16G
83	10	UN	COLA FÓRMICA GALÃO COM 3.6LITRO
84	10	UN	COLA P/ CANO BISNAGA 75G
85	10	UN	COLHER DE PEDREIRO 10 POLEGADAS MATERIAL: LAMINA FORJADA INTEIRIÇA AÇO CARBONO. ACABAMENTO: POLIDO, VERNIZ ELETROSTÁTICO. TRATAMENTO: TEMPERADO E REVENIDO. CABO: MADEIRA ENVERNIZADA FIXADO COM EPÓXI. TAMANHO: 10";

86	5	UN	COLHER DE PEDREIRO 6 POLEGADAS MATERIAL: LAMINA FORJADA INTEIRIÇA AÇO CARBONO. ACABAMENTO: POLIDO, VERNIZ ELETROSTÁTICO. TRATAMENTO: TEMPERADO E REVENIDO. CABO: MADEIRA ENVERNIZADA FIXADO COM EPÓXI. TAMANHO: 6"; MEDIDAS (CM): 280X120X142.
87	20	UN	COLUNA CA-50 5/18 6MT
88	100	UND	CONECTOR PERFURANTE
89	25	MT	CORDA NYLON 08 E 6MM
90	20	MT	CORDA NYLON 10 E 12MM
91	10	MT	CORRENTE EM AÇO 04
92	10	MT	CORRENTE EM AÇO 6,5MM
93	10	UN	CURVA LONGA DE 45° X 100MM PARA ESGOTO
94	10	UN	CURVA LONGA DE 45° X 50MM PARA ESGOTO
95	10	UN	CURVA LONGA DE 45° X 75MM PARA ESGOTO
96	10	UN	CURVA PVC 25MM 90° GRAUS
97	10	UN	CURVA PVC 32MM 90° GRAUS
98	10	UN	CX. DESCARGA C/BUCHA, CHICOTE E PARAFUSO
99	10	UN	CX. SIFONADA 100X100X50
100	3	UN	CX.D ÁGUA POLIETILENO C/1.000 LTS
101	2	UN	CX.D'AGUA FIBRA C/ 5.000 LTS.
102	10	UN	DISCO DE DESBASTE 4
103	10	UN	DISCO DIAMANTADO LISO
104	10	UN	DISCO DIAMANTADO TURBO
105	20	UN	ENXADA C/ CABO
106	20	UN	ENXADA S/ CABO 2.5 LIBRAS
107	1	UN	ESCADA ALUMÍNIO COM ELEVAÇÃO-6 DEGRAUS
108	1	UN	ESCADA ALUMÍNIO COM TESOURA-7 DEGRAUS

109	15	UN	FACÃO Nº14
110	10	UN	FECHADURA 803/03
111	10	UN	FECHADURA EXTERNA EXT COM CILINDRO DE BOLA
112	20	CX	FITA TEFLON (VEDA ROSCA) - 50M
113	20	UN	FOICE ROÇADEIRA EM AÇO E CABO DE MADEIRA, OLHO REDONDO COM 32 MM
114	20	UN	FOLHA DE MDF MADEIRITE, 3X2 8MM
115	60	MT	FORRO DE PVC BRANCO FRIZADO 6MX20CM
116	20	UN	JOELHO 90° P/ ESGOTO- 150MM
117	20	UN	JOELHO 90° PVC RIGIDO P/ ESGOTO-DN 100MM
118	20	UN	JOELHO 90° PVC RIGIDO P/ ESGOTO-DN 40MM
119	20	UN	JOELHO 90° PVC RIGIDO P/ ESGOTO-DN 50MM
120	20	UN	JOELHO 90° PVC SOLDABEL 32MM
121	20	UN	JOELHO 90° PVC SOLDABEL 40MM
122	20	UN	JOELHO 90° PVC SOLDABEL 50MM
123	20	UN	JOELHO DE 25MM 90GRAUS
124	20	UN	JOELHO DE 40MM ESGOTO 45° GRAUS
125	20	UN	JOELHO DE 75 ESGOTO 90° GRAUS
126	200	UN	JOELHO DE ROSCA (AZUL) 20X1/2
127	200	UN	JOELHO DE ROSCA (AZUL) 25X1/2
128	20	UN	JOELHO MARROM DE 20 90° GRAUS
129	20	UN	JOELHO MARROM DE 32 45° GRAUS

130	20	UN	JOELHO MARRON 25X1/2 90° GRAUS
131	20	UN	JOELHO MARRON 25X3/4 90° GRAUS
132	20	UN	JOELHO MARRON 60 90° GRAUS
133	5	JG	JOGO CHAVE DE ESTRELA-1/8,3/16 E 1/4
134	5	JG	JOGO CHAVE DE FENDA-1/8,3/16 E 1/4
135	5	JG	JOGO DE CHAVE ALLEN
136	3	JG	JOGO DE CHAVE COMBINADA COMPLETO
137	20	UN	LAMINA DE SERRA MANUAL 12 POL
138	5	UN	LAVANCA EM AÇO 1/80 MTS
139	5	UN	LAVANCA EM AÇO 1/50 MTS
140	50	UN	LIMA CHATA DE 8"
141	10	CX	LIMATÃO MOTO SERRA 3/16
142	30	UND	LITRO DE TINER
143	50	UN	LIXA P/FERRO N.100
144	10	MT	LONA PLÁSTICA 6MTS LARG. 200MICRA DE 100MTS
145	10	MT	LONA PLÁSTICA 8MTS LARG. 200MICRA DE 100MTS
146	20	UN	LUVA DE CORRER 25
147	80	UN	LUVA DE COURO RASPA CURTA RAMANHO P/M/G
148	20	UN	LUVA DE PROCEDIMENTOS LISA-TAMANHOS P/M/G
149	10	UN	LUVA DE REDUCAO -DN DE 25MMX20MM
150	10	UN	LUVA DE REDUCAO -DN DE 50MMX25MM
151	10	UN	LUVA ELETRODUTO ¾
152	10	UN	LUVA LR 25X1/2 LATÃO
153	10	UN	LUVA LR 25X3/4 LATÃO
154	40	UN	LUVA MALHA ALGODÃO
155	20	UN	LUVA MARRON 50MM
156	20	UN	LUVA MARRON 60MM
157	20	UN	LUVA MARRON CORRER 32MM

158	20	UN	LUVA P/ ELETRODUTO 1.1/2
159	20	UN	LUVA PVC SOLDARELDA 25MM
160	20	UN	LUVA PVC SOLDARELDA 32MM
161	20	UN	LUVA SIMPLES ESG 100
162	20	UN	LUVA SIMPLES ESG 150
163	20	UN	LUVA SIMPLES ESG 40
164	20	UN	LUVA SIMPLES ESG 50
165	20	UN	LUVA SIMPLES ESG 75
166	20	MT	MADEIRA RIPÃO ANGELIN
167	10	UND	MANGUEIRA ¾ COM 100MTS
168	5	UND	MANGUEIRA 1 POLEGADA COM 100MTS
169	10	UN	MANGUEIRA DE JARDIM 10M C/ ENGATE
170	5	MT	MANGUEIRA DE NÍVEL
171	2	UN	MARRETA 1KG
172	2	UN	MARRETA 2KG
173	5	UN	MARTELO DE UNHA 27MM
174	4	UN	MOITÃO DE CORDA
175	20	UN	NIPEL DE ¾ " ROSCÁVEL
176	20	UN	NIPEL DE 25MM-SOLDÁVEL
177	15	UN	ÓLEO DESINGRIPANTE WHITE LUB
178	15	UN	PA DE BICO C/CABO
179	15	UN	PA QUADRADA C/CABO
180	20	UN	PLUG DE ½ " ROSCÁVEL
181	20	UN	PLUG DE ¾" ROSCÁVEL
182	10	UN	PNEU P/ CARRO DE MÃO
183	100	UN	PORCA 3/8
184	100	UN	PORCA 5/8
185	500	UND	PORCA DE 1/2
186	30	KG	PREGO 3X8
187	30	KG	PREGO C/ CABEÇA 17X21 1KG
188	30	KG	PREGO C/ CABEÇA 19X36 1KG
189	30	KG	PREGO C/ CABEÇA 22X48 1KG
190	30	KG	PREGO C/ CABEÇA 25X72 1KG
191	100	UN	REBITE ALUMÍNIO 3,2X10MM
192	100	UN	REBITE ALUMÍNIO 4,0X12MM
193	100	UN	REBITE ALUMÍNIO 4,8X25MM
194	100	UN	REBITE ALUMÍNIO 6,2X25MM

195	10	UN	REGISTRO DE GAVETA DE ¾", COMPOST DO KIT HASTE, CUNHA E ANEL
196	10	UN	REGISTRO DE GAVETA DE 1.1/2"
197	10	UN	REGISTRO DE GAVETA DE 2" REF.1502, COMPOST DO KIT HASTE E CUNHA REF. 4307-662/4076-352.
198	10	UN	REGISTRO DE PRESSÃO COM CANOPLA 1/2
199	10	UN	REGISTRO DE PRESSÃO COM CANOPLA 3/4
200	10	UN	REGISTRO DE PRESSAO-DN 25MM PVC
201	10	UN	REGISTRO ESFERA 25MM
202	10	UN	RÉGUA DE ALUMÍNIO C/ 3MT
203	10	SC	REJUNTE CINZA PLATINA C/ 1 KG
204	10	SC	REJUNTE PARA CERÂMICA NA COR BRANCA 1KG
205	5	UN	REMOVEDOR GALAO (G) DE 5 OL (UND) PASTOSO
206	10	UN	SIFÃO 1.1/2X40MM PVC
207	10	UN	SIFÃO MULTIUSO DUPLO BR C/ 66CM
208	10	UN	SIFÃO MULTIUSO TRIPLO
209	10	UN	SILICONE INCOLOR 280G
210	5	UN	TALHADEIRA 10 AÇO PURO
211	5	UN	TALHADEIRA DE 12"
212	300	UN	TE 1/6 COR AZUL
213	300	UN	TE 25 POL COR AZUL
214	10	UN	TE CURTO 100X100 ESG
215	10	UN	TE CURTO 100X150 ESG
216	10	UN	TE CURTO 100X50 ESG
217	10	UN	TE CURTO 100X75 ESG
218	10	UN	TE CURTO 150 ESG
219	10	UN	TE CURTO 50 ESG
220	10	UN	TE MARROM DE 25X1/2
221	10	UN	TE ROSCA (AZUL) 20X1/2
222	10	UN	TE SOLDAVEL-DN 50

223	200	UND	TELHA 6 MM 3,66X1,10 ONDULADA ETERNIT
224	12.000	UND	TELHA PLAN
225	5	UN	TESOURÃO P/GRAMA C/ CABO
226	14.000	UN	TIJOLO 14X24 6 FUROS
227	30.000	UND	TIJOLO 19X29 8 FUROS
228	50	UN	TORNEIRA BICO DE PATO 1195 3/4
229	20	UN	TORNEIRA BICO DE PATO-DN 1/2
230	20	UN	TORNEIRA DE LAVATÓRIO (MODELO EXISTENTE: DECA LINHA ASPEN C35 OU SIMILAR)
231	10	UN	TORNEIRA DE METAL PARA JARDIM DE ½"
232	10	UN	TORNEIRA DE METAL PARA JARDIM DE 3/4 PARA JARDIN
233	10	UN	TORNEIRA JARDIM -DN 3/4
234	10	UN	TORNEIRA JARDIM -DN1/2
235	30	UN	TORNEIRA PLÁSTICA BRANCA P/ PIA BICO DE PATO 1/2
236	10	UN	TRENA PROF. DE 50 MTS
237	20	UN	TRI-LISA 6MT FERRO 5/16-4/2
238	10	UN	TUBO 150 ESG COM 6 MTS
239	100	UN	TUBO AZUL IRRIGAÇÃO TUBO PVC DN1 OU 32 MM PN 60 6METRO FC2025
240	20	UN	TUBO DE 50 ESG COM 6MTS
241	20	UN	TUBO DE 75 ESG COM 6MTS
242	20	UN	TUBO PVC SOLDÁVEL DN 25MM, COMPR. 06 MT, CONF.NBR 5688
243	20	UN	VÁLVULA DE PÉ -ROSQUEAVEL 3/4
244	20	UN	VÁLVULA DE RETENÇÃO 3/4
245	10	UN	VÁLVULA EM METAL CROMADO
246	20	UN	VÁLVULA P/ PIA PLAST. LONGA

247	5	UN	VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, PADRÃO POPULAR, TIPO CELITE.
248	20	UN	VASSOURA DE JARDIM RESISTENTE EM PVC 1,80
249	20	UN	VASSOURA JARDIM CABO EM MADEIRA COM BASE EM AÇO
250	20	UN	VASSOURA JARDIM FRAME REGULAVEL
251	20	UN	VASSOURA JARDIM PVC / 26 DENTES
252	20	UN	VASSOURA TIPO PIAÇAVA-Nº 04
253	40	UN	VASSOURÃO C/ CABO-40CM
254	20	UN	VEDANTE PARA TORNEIRA DE ½ PARA JARDIM
255	20	UN	VEDANTE PARA TORNEIRA DE ¾” PARA JARDIM
256	50	UN	VERGALHÃO 10MM 3/8 12MT
257	50	UN	VERGALHÃO 4.2MM 12MT
258	50	UN	VERGALHÃO 6.3MM ¼ 12MT
259	50	UN	VERGALHÃO 8MM 5/16 12MT

- 1.2. A presente licitação será realizada na modalidade de **pregão eletrônico**, de acordo com o arrimado pelo Art. 6º, inciso XLI; Art. 28, inciso I; Art. 29, parágrafo único; todos da Lei nº 14.133/2021, conforme item 1.1, considerando a oportunidade de maior concorrência e competitividade aos interessados, a fim de oportunizar, igualmente, maior vantajosidade e economicidade ao ente público ordenador na escala de preços a serem ofertados.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, nos termos do Art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. **O órgão gerenciador será:** Prefeitura municipal de Monte Santo do Tocantins.
- 1.5. **Os órgãos participantes serão:** Fundo municipal de educação, fundo municipal de saúde e fundo municipal de assistência social de Monte Santo do Tocantins



- 1.6. A sessão virtual do Pregão Eletrônico será realizada no seguinte endereço: <https://www.licitanet.com.br/>, no dia **XX de XXXX de XXXX**, às **XX:XX (XXXX)**, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às **XX:XX (XXXX)** deste mesmo dia, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

2. DA PARTICIPAÇÃO E REGISTRO CADASTRAL

- 2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade do participante o cadastro prévio do sistema eletrônico.
- 2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: fornecedor@licitanet.com.br.
- 2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:
- 2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- 2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- 2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.



- 2.4. Poderão participar da presente licitação todos os interessados do ramo pertinente, que comprovarem eficazmente os requisitos deste Edital.
- 2.5. A participante que pretender utilizar os benefícios previstos nos Art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, a ME, EPP, MEI, que se enquadre na receita de ME ou EPP, deverá apresentar declaração de ser elegível aos benefícios do tratamento aludido.
- 2.6. Em caso de necessidade de desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, ou seja, quando houver faturamento superior da legislação supracitada no item anterior, compete aos licitantes interessados solicitá-lo. Caso o licitante não adote as providências necessárias para o desenquadramento e usufrua (ou tente usufruir) indevidamente dos benefícios extensíveis a esse enquadramento, poderá ser declarado inidôneo (Art. 13, § 1º, do Decreto 8.538/2015).
- 2.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual que atender ao item 2.5, mas possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal (Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débito Junto ao INSS – CND) e de regularidade trabalhista (Certidão de Regularidade Junto ao FGTS), terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade, no prazo de **cinco dias úteis**, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.
- 2.8. O benefício de que trata o item anterior **não eximirá** a microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- 2.9. O prazo de que trata o item 2.7 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- 2.10. A não regularização da documentação, nos prazos fixados no item 2.7, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



2.11. Não poderão participar da presente licitação as empresas que possuírem as seguintes restrições, a serem conferidas pelo pregoeiro ou equipe de apoio que coordenar:

2.11.1. Declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e que não tenha restabelecido sua idoneidade;

2.11.2. Com falência decretada;

2.11.3. Consorciada;

2.11.4. Suspensa pelo Poder Executivo do Município de MONTE SANTO DO TOCANTINS;

2.11.5. Em regime de concordata;

2.11.6. Pessoa jurídica que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, dentre suas equipes técnicas, bem assim dentre eventuais subcontratados figure quem seja ocupante de cargo ou emprego na Administração Direta ou Indireta do Município de MONTE SANTO DO TOCANTINS;

2.11.7. De servidores ou dirigentes e da entidade contratante ou responsável.

3. DOS PRAZOS GERAIS

3.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

3.2. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste edital em dias úteis.

3.3. O fornecimento do objeto desta licitação, será executado pelo período de **doze meses** a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107, *caput*, da Lei nº 14.133/2021. No caso de o contrato ultrapassar o exercício, deverá a administração atualizar, por meio de apostila e de forma unilateral, as disposições que assim se permitirem, inclusive a própria rubrica orçamentária da lei em vigor.

3.4. A Prefeitura Municipal convocará a licitante vencedora para assinatura do contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento de aviso convocatório.

3.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.



- 3.6. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste edital e na Lei nº 14.133/2021.
- 3.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.
- 3.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 3.7, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 3.8.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 3.8.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 3.9. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

- 4.1. As propostas deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.
- 4.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:
- 4.2.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;



- 4.2.2. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, como condição para aplicação do disposto no item 02, deste edital.
- 4.3. No preço proposto deverão constar e serem computadas todas as despesas indispensáveis à realização dos serviços, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis sociais e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificado neste Edital, e relativo aos trabalhos objeto desta licitação.
- 4.4. O preço proposto será considerado completo e suficiente para a execução total dos serviços objeto desta licitação, de modo que não será considerada qualquer reivindicação de pagamento adicional quando devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.
- 4.5. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro ou equipe de apoio, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas.

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Para cadastrar-se no Registro de Fornecedores desta Municipalidade, exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:
- 5.1.1. Habilitação Jurídica;
 - 5.1.2. Qualificação Técnica- Profissional e Operacional;
 - 5.1.3. Qualificação Econômico-financeira;
 - 5.1.4. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;
 - 5.1.5. Atendimento das disposições do Art. 7º, inciso XXXIII da CF;
- 5.2. **Habilitação Jurídica:**
- 5.2.1. Declaração de Firma Mercantil Individual e suas alterações, se for o caso, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do estado de origem da licitante, no caso de empresa individual;
 - 5.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, se for o caso, em vigor, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de origem da



licitante, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.2.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou autorização para funcionamento pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2.5. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

5.2.6. Documento sócios: Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional

5.3. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

5.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

5.3.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual da sede da licitante;

5.3.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa



junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal da sede da licitante;

5.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

5.3.7. Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT); <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces> ;

5.3.8. Declaração formal da inexistência de menor de 18 anos de idade em trabalho penoso, insalubre e noturno nos quadros da empresa, firmada pelo responsável legal da empresa, sob as penas da Lei, para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal. (ANEXO X)

5.4. **Qualificação Técnica:**

5.4.1. Certidões ou atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do Art. 88 da Lei nº /2021;

5.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

5.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

5.4.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos tais como notas fiscais, empenhos, etc.

5.5. **Qualificação Econômico-Financeira**

5.5.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira, vedada à substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo serem atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três



(03) meses da data de apresentação dos mesmos. Limitar-se-ão ao último exercício os documentos exigidos neste subitem no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

5.5.2. Das empresas constituídas no ano em exercício independentemente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do balanço de abertura devidamente registrado na junta comercial do Estado da sede da licitante;

5.5.3. Os documentos referidos nos itens anteriores serão aceitos quando realizados por meio de transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD

5.5.4. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

5.6. **Documentação complementar:**

5.6.1. Declaração de microempresa/empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual **(se for o caso)** (Anexo IV);

5.6.2. Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação (Anexo V);

5.6.3. Declaração que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos (Anexo VI);

5.6.4. Declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção (Anexo VII);

5.6.5. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Anexo VIII).

5.6.6. Declaração Atestando que a Empresa Licitante não possui em seu quadro societário servidor público da Prefeitura Municipal de MONTE SANTO DO TOCANTINS (Anexo IX).

5.7. Será processada a abertura dos documentos de habilitação no sistema apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

5.8. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.



- 5.9. Após a inserção no sistema dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 5.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 5.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 5.10. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro e equipe de apoio poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 5.11. Nos casos em que se já houver encerrada a fase de habilitação, quando o edital prever expressa e justificadamente a inversão das fases e esta anteceder ao julgamento, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

6. DA PROPOSTA

- 6.1. O prazo de validade da proposta não deverá ser inferior a sessenta (60) dias da abertura do certame licitatório vertente.
- 6.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo X – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do produto/serviço ofertado, referências e demais dados técnicos, considerando a aplicação dos valores unitários propostos no termo de referência (Anexo I), devendo estar computados todos os custos e despesas diretas e indiretas, englobando a tributação, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.
- 6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



- 6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais/serviços em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do Art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
 - 7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os



licitantes.

- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.12. o envio de lances no pregão eletrônico será pelo modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela



equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- 7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.13. Após o término dos prazos estabelecidos no subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 30 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.19.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de



encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

- 7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação



fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [Art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.11 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [Art. 12 da LEI Nº 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021](#)

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, Art. 29, caput](#))

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, Art. 29, §1º](#)).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, Art. 29, §2º](#)).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



- 8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos [artigos 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.7.1. contiver vícios insanáveis;
 - 8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.10. Considerando que o custo estimado do objeto licitado foi obtido através de ampla pesquisa de preço elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha de custos de fornecimento por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



- 8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do fornecimento ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.



- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.5. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, Art. 4º, §1º, e Art. 6º, §4º](#)).
- 9.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, Art. 7º, caput](#)).
- 9.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, Art. 7º, parágrafo único](#)).
- 9.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, podendo ser prorrogado por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.7.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com os preços ofertados, observado o disposto no [§ 1º do Art. 36 e no § 1º do Art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 9.8. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.8.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento



das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

- 9.8.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, Art. 64](#), e [IN 73/2022, Art. 39, §4º](#)):
- 9.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 9.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no



[Art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do Art. 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos do Art. 168, caput, da Lei N.º 14.333/2021.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar** este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), **devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis**



antes da data da abertura do certame, nos termos do Art. 164, caput, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/> para conhecimento de todos os interessados.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DA FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

12.1. A execução dos contratos administrativos se regerá pelo estabelecido nos arts. 115 a 123 da Lei 14.133/2021, bem como pelos regulamentos próprios municipais editados e vigentes, parte integrante deste edital e demais atos subsequentes.

12.2. O contrato administrativo a ser firmado entre o Órgão solicitante e a licitante vencedora, obedecerá à minuta de contrato anexa a este edital dentro do prazo convocatório estabelecido neste edital.

12.3. Antes de formalizar o contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

12.4. A desistência do órgão ou entidade promotora da licitação de contratar com a licitante mais bem classificada não lhe confere o direito à indenização ou reembolso de qualquer espécie.

12.5. Por motivo técnico e havendo recurso orçamentário, bem como atendidas as demais exigências dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/01, a Administração



Municipal poderá aditar o contrato, mantidas as condições da proposta inicial.

12.6. A Administração Municipal não responderá por indenizações oriundas de danos causados a terceiros por culpa ou dolo da Contratada, quando da execução do serviço de que trata este edital.

12.7. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.8. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.8.1. Na execução do objeto da presente licitação, será vedada a subcontratação do fornecimento.

12.9. DO REGISTRO POR APOSTILA

12.9.1. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, unilateralmente pela Administração, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

12.9.1.1. Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

12.9.1.2. Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

12.9.1.3. Alterações na razão ou na denominação social do contratado;

12.9.1.4. Empenho de dotações orçamentárias.

12.10. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

12.10.1. Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

12.10.1.1. Unilateralmente pela Administração:

12.10.1.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos, desde que não transfigure o objeto da contratação;



- 12.10.1.1.2. Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, desde que este não se transfigure.
- 12.10.1.1.3. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos fornecimentos.
- 12.10.1.2. Por acordo entre as partes:
- 12.10.1.2.1. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao prazo fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens;
- 12.10.1.2.2. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- 12.10.2. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, dos fornecimentos determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 12.10.3. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.
- 12.10.4. Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato em termo aditivo, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro



Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

12.11. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EXECUTIVO DOS CONTRATOS

12.11.1. Os contratos administrativos deverão possuir servidores públicos designados a atuarem como fiscal de contrato e gestor de contrato, nos termos do regulamento municipal.

12.12. DA PUBLICAÇÃO DOS CONTRATOS

12.12.1. Para a eficácia da contratação a mesma deverá ser publicada conforme a aplicação da lei federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no Diário Oficial do ente, ou no Portal da Transparência do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo de sua tempestiva disponibilização no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local.

13. DO REAJUSTAMENTO

13.1. REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO

13.1.1. Nos termos do Art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021, o presente edital consigna, como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e reajustamento de preços, o índice do IPCA ou outro que houve por substituí-lo, caso mais favorável à Administração Pública, como critério de atualização monetária.

13.1.2. A data-base estará vinculada à data do orçamento estimado e adjudicado ao licitante vencedor.

13.1.3. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.1.4. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do Art. 107 e 131, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.



14. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. O pagamento será realizado, conforme quantitativo da ordem de fornecimento/prestação de serviços, e após a apresentação da nota fiscal, empenho, devendo a Nota Fiscal/Fatura estar devidamente atestada pelo setor solicitante conforme dotações orçamentárias:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	ELEMENTO
FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	04.0401.10.301.0103.2040	15001002000000	3.3.90.30
SEC.DE AGRICULTURA	03.0380.18.541.0103.2037	15000000000000	3.3.90.30
SEC. DE TRANSPORTES	03.0310.26.782.0103.2008	15000000000000	3.3.90.30
SEC. DE OBRAS	03.0370.04.122.0103.2033	15000000000000	3.3.90.30
SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	06.0601.12.361.0103.2023	15001001000000	3.3.90.30
SEC. MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.0501.08.241.0106.2055	16600000100000 16690000100000	3.3.90.30
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO	03.0330.04.122.0103.2011	15000000000000	3.3.90.30

14.2. Após confirmada a execução do objeto, a Administração contratante terá prazo de até 15 (quinze) dias úteis para realizar o pagamento, contados da data de entrega da nota fiscal pela contratada, quando solicitada pela secretaria municipal ordenadora da despesa, devidamente acompanhada dos **relatórios de entrega** aferidos pela contratada e atestados pelo (a) fiscal de contrato.

14.3. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Pregão e da Ordem de Fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite do documento fiscal para pagamento.

14.4. Do valor apurado pela nota fiscal serão retidos os tributos a que competem a titularidade e/ou administração pela Administração Municipal, tais como ISS, IRRF e outros que assim tiverem fato gerador.

15. DAS INFRAÇÕES LICITATÓRIAS E CONTRATUAIS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a



- negociação;
- 15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
 - 15.1.5. fraudar a licitação.
 - 15.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 15.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 15.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 15.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
 - 15.1.8. praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
 - 15.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do Art. 155, e seguintes da Lei nº 14.133/2021:
 - 15.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 15.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 15.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
 - 15.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 15.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 15.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- 15.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 15.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 15.2.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 15.2.12. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 15.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior, as sanções administrativas previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

16. DAS PENALIDADES

- 16.1. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

16.2. ADVERTÊNCIA

- 16.2.1. A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do Art. 156, §1º, e Art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

16.3. MULTA

- 16.3.1. Pelo atraso injustificado no fornecimento, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.
- 16.3.2. Pelo atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, contados da ordem de compra, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.
- 16.3.3. Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso no fornecimento, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.
- 16.3.4. A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.



16.3.5. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

16.3.6. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

16.3.7. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do Art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

16.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

16.4.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o município pelo prazo de até um ano, aplicada pelo (a) Prefeito (a) Municipal, nos termos do Art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

16.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR

16.5.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito (a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de vista, nos termos do Art. 156, §5º e §6º, da Lei nº 14.133/2021.

16.6. As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

16.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

16.8. Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

17. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

17.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada



nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às seguintes situações:

- 17.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- 17.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- 17.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- 17.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- 17.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- 17.1.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- 17.1.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- 17.1.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- 17.1.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

17.2. DA FORMA DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.2.1. A extinção do contrato poderá ser:

- 17.2.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 17.2.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;



17.2.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

17.2.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.3. DO DIREITO DE RESCISÃO PELO CONTRATADO

17.3.1. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

17.3.1.1. Supressão, por parte da Administração, de compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no Art. 125 desta Lei nº 14.133/2021;

17.3.1.2. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

17.3.1.3. Atraso superior a 3 (três) meses, contados da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por fornecimentos;

17.3.2. As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 17.3.1.2, 17.3.1.3 e observarão as seguintes disposições:

17.3.2.1. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

17.3.2.2. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.4.1. **CULPA EXCLUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO:** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:



- 17.4.1.1. Pagamentos devidos pelo fornecimento dos materiais do contrato até a data de extinção;
- 17.4.2. **DETERMINADA UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO:** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, as seguintes consequências:
- 17.4.2.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- 17.4.2.2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
- 17.4.3. A aplicação das medidas previstas nos subitens anteriores ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade nos fornecimentos.
- 17.5. Caso a proponente vencedora da licitação não execute, total ou parcialmente, quaisquer fornecimentos previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los, direta ou indiretamente, inclusive remanescentes, hipótese em que aquela licitante ou contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou cauções e/ou pagamentos, direto à contratante, bem como reparação de eventuais danos a esta ou a terceiros.
- 17.6. **DA NULIDADE CONTRATUAL**
- 17.6.1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão do fornecimento ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:
- 17.6.1.1. Impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- 17.6.1.2. Riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- 17.6.1.3. Motivação social;
- 17.6.1.4. Medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;



- 17.6.1.5. Fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão de paralisação;
- 17.6.1.6. Custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;
- 17.6.2. Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.
- 17.6.3. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do Art. 147 da Lei nº 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.
 - 17.6.3.1. Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.
 - 17.6.3.2. A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

17.7. DA MODULAÇÃO DE EFEITOS NA DECLARAÇÃO DE NULIDADE CONTRATUAL

- 17.7.1. Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

18. DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

- 18.1. Controvérsias oriundas da execução contratual e relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis; restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato; inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes; e ao cálculo de



indenizações poderão ser encaminhadas à tentativa de resolução conforme orientação da procuradoria jurídica do município, bem como às demais formas alternativas indicadas pelos arts. 151 a 154 da Lei nº 14.133/2021.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal da Transparência do Município de MONTE SANTO DO TOCANTINS e endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.



- 19.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.11.1. **ANEXO I** - Termo de Referência
 - 19.11.2. **ANEXO II** – Minuta de Termo de Contrato
 - 19.11.3. **ANEXO III** – Carta de Credenciamento
 - 19.11.4. **ANEXO IV** - Declaração de microempresa/empresa de pequeno porte ou Microempreendedor Individual
 - 19.11.5. **ANEXO V** - Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação.
 - 19.11.6. **ANEXO VI** - Declaração que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos.
 - 19.11.7. **ANEXO VII** - Declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção.
 - 19.11.8. **ANEXO VIII**- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos.
 - 19.11.9. **ANEXO IX** - Declaração Atestando que a Empresa Licitante não possui em seu quadro societário servidor público
 - 19.11.10. **ANEXO X** - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
 - 19.11.11. **ANEXO XI** - Modelo de “proposta de preços”.
 - 19.11.12. **ANEXO XII** – Minuta de “Ata de Registro de preços”.

MONTE SANTO DO TOCANTINS, 27 de abril de 2026.

PABLO MARTINS DOS SANTOS

Gestora do Fundo Municipal de Educação de Monte Santo do Tocantins.

SUELY MILHOMEM MEDRADO

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Monte Santo do Tocantins.



LEILIANI ALVES DA SILVA

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Monte Santo do Tocantins.

NEZITA MARTINS NETA

Prefeita Municipal

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	2179/2025
INTERESSADO:	PREFEITURA MUNICIPAL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. OBJETO

1.1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO.

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	V. UNITÁRIO ESTIMADO	V. TOTAL ESTIMADO
1	100	PC	ABRAÇADEIRA NYLON 2.5 X 300MM – PCT 100 UNDS.	94,00	9.400,00
2	30	UN	ADAPTADOR DE 25X3/4 MARROM	1,87	56,10
3	15	UN	ADESIVO EPÓXI 250G	33,19	497,85
4	3	UN	ALICATE DE PRESSÃO 10	87,23	261,69
5	30	UN	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO	12,19	365,70
6	20	KG	ARAME 18 RECOZIDO	32,24	644,80

7	45	KG	ARAME GALVANIZADO 14 POLEGADAS 55KGF/MM ² DE RESISTÊNCIA À TRAÇÃO, GALVANIZADO, DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 37M/KG, DIÂMETRO: 2,10MM, BITOLA (BWG): 14, ROLO 1KG.	35,91	1.615,95
8	15	KG	ARAME GALVANIZADO Nº16 (BWG)	38,78	581,70
9	50	KG	ARAME RECOZIDO	40,64	2.032,00
10	50	KG	ARAME RECOZIDO TRANÇADO	32,25	1.612,50
11	30	UN	ARCO DE SERRA REFORÇADA C/ LAMINA	41,95	1.258,50
12	200	M ³	AREIA FINA	284,59	56.918,00
13	200	M ³	AREIA GROSSA LIMPA	283,18	56.636,00
14	50	UN	ARGAMASSA MOD. ACI-20 KG	25,18	1.259,00
15	500	UND	ARRUELA 1/2 POLEGADA	0,40	200,00
16	150	UN	ARRUELA 3/8	0,49	73,50
17	150	UN	ARRUELA 5/8	0,60	90,00
18	20	UN	ASSENTO SANIT. SIMPLES BRANCO	77,72	1.554,40
19	20	UN	ASSENTO SANITARIO CONVENCIONAL ACESSO PLUS, DIMENSÕES: COR: BRANCO, MATERIAL: POLIPROPILENO, PESO 1,05KG	92,76	1.855,20
20	5	UN	BACIA SANITÁRIA SIMPLES BRANCA	444,18	2.220,90
21	10	UN	BALDE PARA ARGAMASSA 10 L	30,90	309,00
22	20	UN	BALDE PLASTICO COM PEGADO EM AÇO 10 LITROS	30,50	610,00
23	40	UND	BARRA DE COLUNA 5/16 DE 6MTS	147,35	5.894,00
24	30	UND	BARRA DE FERRO TRELIÇA	55,31	1.659,30
25	60	UND	BARRA DE PARAFUSO 1/2	13,56	813,60
26	60	UND	BARRA DE VERGALHÃO 12,5MM DE 12 METROS	185,59	11.135,40
27	60	UND	BARRA DE VERGALHÃO 6,3MM DE 12 METROS	73,97	4.438,20
28	60	MT	BARRA ROSQUEADA 5/8 1MT	47,73	2.863,80

29	50	MT	BARRA ROSQUEADA UMC ¼, 1MT	11,80	590,00
30	50	MT	BARRA ROSQUEADA UMC 1/2, 1MT	20,00	1.000,00
31	100	MT	BARRA ROSQUEADA UMC 3/8, 1MT	13,69	1.369,00
32	100	MT	BARRA ROSQUEADA UMC 5/16, 1MT	13,34	1.334,00
33	5	UN	BOIA AUT.SUP. 20A	96,64	483,20
34	10	UN	BOIA DE 1/2 P/ CAIXA D ÁGUA	20,17	201,70
35	10	UN	BOIA DE 3/4 P/ CAIXA D ÁGUA	20,17	201,70
36	72	MT	BRITA Nº 00	366,97	26.421,84
37	120	MT	BRITA Nº 01	362,99	43.558,80
38	60	MT	BRITA Nº 02	366,25	21.975,00
39	20	UN	BROCA EM ESPIRAL PARA MADEIRA 12 MM	31,59	631,80
40	20	UN	BROCA EM ESPIRAL PARA MADEIRA 4 MM	10,22	204,40
41	20	UN	BROCA EM ESPIRAL PARA MADEIRA 5 MM - COMPOSIÇÃO DO MATERIAL: AÇO. DIÂMETRO: 5MM. COMPRIMENTO TOTAL: 85MM.COMPRIMENTO ÚTIL: 45MM	14,28	285,60
42	20	UN	BROCA EM ESPIRAL PARA MADEIRA 6 MM - COMPOSIÇÃO DO MATERIAL: AÇO. DIÂMETRO: 6MM. COMPRIMENTO TOTAL: 90MM. COMPRIMENTO ÚTIL: 50MM	19,18	383,60
43	25	UN	BROCA PARA CONCRETO P DE METAL VIDEA 05MM: MATERIAL: METAL DURO VÍDEA, COR: AÇO CROMADO	10,08	252,00
44	25	UN	BROCA PARA CONCRETO PONTA DE METAL 06MM MATERIAL: METAL DURO VIDEA, COR: AÇO CROMADO	12,72	318,00

45	25	UN	BROCA PARA CONCRETO PONTA DE METAL DURO / VÍDEA 08MM. MATERIAL: METAL DURO VÍDEA, COR: AÇO CROMADO.	15,07	376,75
46	25	UN	BROCA PARA CONCRETO PONTA DE METAL DURO / VÍDEA 10MM. MATERIAL: METAL DURO VÍDEA, COR: AÇO CROMADO	22,44	561,00
47	20	CX	BUCHA DE NYLON Nº 10, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERB	61,67	1.233,40
48	20	CX	BUCHA DE NYLON Nº 12, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERB	79,50	1.590,00
49	20	CX	BUCHA DE NYLON Nº 6, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERBA	45,40	908,00
50	20	CX	BUCHA DE NYLON Nº 8, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERBA	57,80	1.156,00
51	10	UN	BUCHA DE RED. 25X20	1,52	15,20
52	50	UN	BUCHA DE REDUÇÃO DE 50MM X 40MM ESGOTO	8,26	413,00
53	50	UN	BUCHA DE REDUÇÃO DE 75MM X 50MM SOLDÁVEL PARA ESGO	18,66	933,00
54	30	UN	CABO DE ENXADA COM MARCA	23,80	714,00
55	20	UN	CABO DE MACHADO EM MADEIRA	27,81	556,20
56	20	UN	CABO DE PA QUADRADA COM MARCA	20,20	404,00
57	20	UN	CABO DE PICARETA-CHIB.	22,16	443,20
58	15	UN	CADEADO COMPLETO Nº30 CORPO EM LATÃO MACIÇO, HASTE EM AÇO C/ DUAS CHAVES EM LATÃO	33,26	498,90

59	15	UN	CADEADO COMPLETO Nº35 CORPO EM LATÃO MACIÇO, HASTE EM AÇO C/ DUAS CHAVES EM LATÃO	37,28	559,20
60	15	UN	CADEADO COMPLETO Nº40 CORPO EM LATÃO MACIÇO, HASTE EM AÇO C/ DUAS CHAVES EM LATÃO	42,24	633,60
61	15	UN	CADEADO CORPO EM LATÃO E TRAVA EM AÇO CROMADO TRICIRCLE DE 20 MM	25,00	375,00
62	15	UN	CADEADO CORPO EM LATÃO E TRAVA EM AÇO CROMADO TRICIRCLE DE 25MM	30,11	451,65
63	50	UN	CAIBRO C/5,00 MISTO	114,72	5.736,00
64	50	UN	CAIBRO C/6,00 MISTO	137,67	6.883,50
65	10	UN	CAIXA 500 LITRO FIBRA	465,95	4.659,50
66	20	UN	CAMARA DE AR PARA CARRINHO	30,90	618,00
67	20	UN	CANO 200 ESG COM 6 MTS	569,51	11.390,20
68	100	UN	CANO AZUL 32MM IRRIGAÇÃO TUBO PVC DN1 PN40 C/ 6 ME	23,87	2.387,00
69	20	UN	CANO DE 100 ESG COM 6MTS	101,80	2.036,00
70	20	UN	CANO DE 25 MARRON COM 6MTS	36,65	733,00
71	20	UN	CANO DE 32 MARRON COM 6MTS	72,96	1.459,20
72	20	UN	CANO DE 40 ESG COM 6MTS	44,92	898,40
73	10	UN	CANO DE 50 MARRON COM 6MTS	102,42	1.024,20
74	10	UN	CANO DE DESCARGA	56,13	561,30
75	60	UN	CAP DE 25 SOLDAVEL	3,10	186,00
76	20	UN	CAP SOLDAVEL-DN 32.	4,19	83,80

77	5	UN	CARRINHO DE MÃO REFORÇADO 60 LITROS - PINTURA ANTICORROSIVA ELETROSTÁTICA (A PÓ); CAÇAMBA REFORÇADA, FABRICADA EM CHAPA DE AÇO 1,5MM; VARAL REFORÇADO, FABRICADO EM TUBO DE AÇO 1,5MM; VOLUME MÁXIMO: 60 LITROS; CARGA MÁXIMA: 150KG; DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 1.600MM; LARGURA: 620MM; ALTURA: 610MM.	511,37	2.556,85
78	5	UN	CAVADEIRA ARTICULADA GRANDE BOCA DE LOBO COM CABO DE MADEIRA DE 1,50 M - FABRICADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE E RECEBE PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, QUE TEM UMA MELHOR APRESENTAÇÃO VISUAL E MAIOR PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO. O CABO DESTA FERRAMENTA, ALÉM DE POSSUIR ÓTIMA RESISTÊNCIA, É PRODUZIDO COM MADEIRA DE ORIGEM RENOVÁVEL. COMPRIMENTO DO CABO: 120CM. COMPRIMENTO DAS GARRAS: 24CM.	218,60	1.093,00

79	5	UN	CAVADEIRA ARTICULADA GRANDE BOCA DE LOBO COM CABO DE MADEIRA DE 1,50 M - FABRICADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE E RECEBE PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, QUE TEM UMA MELHOR APRESENTAÇÃO VISUAL E MAIOR PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO. O CABO DESTA FERRAMENTA, ALÉM DE POSSUIR ÓTIMA RESISTÊNCIA, É PRODUZIDO COM MADEIRA DE ORIGEM RENOVÁVEL. COMPRIMENTO DO CABO: 150CM. COMPRIMENTO DAS GARRAS: 24CM.	218,60	1.093,00
80	80	M²	CERÂMICA BR 45X45 TIPO A	44,10	3.528,00
81	3.000	SC	CIMENTO 50KG	60,04	180.120,00
82	10	UN	COLA ARALDITE 10MIN. 16G	30,17	301,70
83	10	UN	COLA FÓRMICA GALÃO COM 3.6LITRO	220,25	2.202,50
84	10	UN	COLA P/ CANO BISNAGA 75G	6,33	63,30
85	10	UN	COLHER DE PEDREIRO 10 POLEGADAS MATERIAL: LAMINA FORJADA INTEIRIÇA AÇO CARBONO. ACABAMENTO: POLIDO, VERNIZ ELETROSTÁTICO. TRATAMENTO: TEMPERADO E REVENIDO. CABO: MADEIRA ENVERNIZADA FIXADO COM EPÓXI. TAMANHO: 10";	62,74	627,40

86	5	UN	COLHER DE PEDREIRO 6 POLEGADAS MATERIAL: LAMINA FORJADA INTEIRIÇA AÇO CARBONO. ACABAMENTO: POLIDO, VERNIZ ELETROSTÁTICO. TRATAMENTO: TEMPERADO E REVENIDO. CABO: MADEIRA ENVERNIZADA FIXADO COM EPÓXI. TAMANHO: 6"; MEDIDAS (CM): 280X120X142.	47,93	239,65
87	20	UN	COLUNA CA-50 5/18 6MT	141,75	2.835,00
88	100	UND	CONECTOR PERFURANTE	28,78	2.878,00
89	25	MT	CORDA NYLON 08 E 6MM	3,06	76,50
90	20	MT	CORDA NYLON 10 E 12MM	5,18	103,60
91	10	MT	CORRENTE EM AÇO 04	22,08	220,80
92	10	MT	CORRENTE EM AÇO 6,5MM	39,25	392,50
93	10	UN	CURVA LONGA DE 45° X 100MM PARA ESGOTO	46,13	461,30
94	10	UN	CURVA LONGA DE 45° X 50MM PARA ESGOTO	14,63	146,30
95	10	UN	CURVA LONGA DE 45° X 75MM PARA ESGOTO	21,16	211,60
96	10	UN	CURVA PVC 25MM 90° GRAUS	4,91	49,10
97	10	UN	CURVA PVC 32MM 90° GRAUS	6,47	64,70
98	10	UN	CX. DESCARGA C/BUCHA, CHICOTE E PARAFUSO	60,75	607,50
99	10	UN	CX. SIFONADA 100X100X50	41,51	415,10
100	3	UN	CX.D ÁGUA POLIETILENO C/1.000 LTS	727,25	2.181,75
101	2	UN	CX.D'AGUA FIBRA C/ 5.000 LTS.	5.518,41	11.036,82
102	10	UN	DISCO DE DESBASTE 4	8,17	81,70
103	10	UN	DISCO DIAMANTADO LISO	38,38	383,80
104	10	UN	DISCO DIAMANTADO TURBO	49,23	492,30
105	20	UN	ENXADA C/ CABO	103,52	2.070,40
106	20	UN	ENXADA S/ CABO 2.5 LIBRAS	123,72	2.474,40
107	1	UN	ESCADA ALUMÍNIO COM ELEVAÇÃO-6 DEGRAUS	364,82	364,82
108	1	UN	ESCADA ALUMÍNIO COM TESOURA-7 DEGRAUS	499,82	499,82

109	15	UN	FACÃO Nº14	43,94	659,10
110	10	UN	FECHADURA 803/03	89,76	897,60
111	10	UN	FECHADURA EXTERNA EXT COM CILINDRO DE BOLA	111,22	1.112,20
112	20	CX	FITA TEFLON (VEDA ROSCA) - 50M	14,32	286,40
113	20	UN	FOICE ROÇADEIRA EM AÇO E CABO DE MADEIRA, OLHO REDONDO COM 32 MM	117,23	2.344,60
114	20	UN	FOLHA DE MDF MADEIRITE, 3X2 8MM	190,60	3.812,00
115	60	MT	FORRO DE PVC BRANCO FRIZADO 6MX20CM	50,54	3.032,40
116	20	UN	JOELHO 90° P/ ESGOTO- 150MM	44,96	899,20
117	20	UN	JOELHO 90° PVC RIGIDO P/ ESGOTO-DN 100MM	7,30	146,00
118	20	UN	JOELHO 90° PVC RIGIDO P/ ESGOTO-DN 40MM	2,68	53,60
119	20	UN	JOELHO 90° PVC RIGIDO P/ ESGOTO-DN 50MM	4,03	80,60
120	20	UN	JOELHO 90° PVC SOLDABEL 32MM	4,70	94,00
121	20	UN	JOELHO 90° PVC SOLDABEL 40MM	6,09	121,80
122	20	UN	JOELHO 90° PVC SOLDABEL 50MM	7,46	149,20
123	20	UN	JOELHO DE 25MM 90GRAUS	2,08	41,60
124	20	UN	JOELHO DE 40MM ESGOTO 45° GRAUS	2,92	58,40
125	20	UN	JOELHO DE 75 ESGOTO 90° GRAUS	8,10	162,00
126	200	UN	JOELHO DE ROSCA (AZUL) 20X1/2	7,19	1.438,00
127	200	UN	JOELHO DE ROSCA (AZUL) 25X1/2	9,56	1.912,00
128	20	UN	JOELHO MARROM DE 20 90° GRAUS	1,54	30,80
129	20	UN	JOELHO MARROM DE 32 45° GRAUS	2,99	59,80

130	20	UN	JOELHO MARRON 25X1/2 90° GRAUS	3,23	64,60
131	20	UN	JOELHO MARRON 25X3/4 90° GRAUS	4,50	90,00
132	20	UN	JOELHO MARRON 60 90° GRAUS	28,25	565,00
133	5	JG	JOGO CHAVE DE ESTRELA-1/8,3/16 E 1/4	193,87	969,35
134	5	JG	JOGO CHAVE DE FENDA-1/8,3/16 E 1/4	48,46	242,30
135	5	JG	JOGO DE CHAVE ALLEN	53,61	268,05
136	3	JG	JOGO DE CHAVE COMBINADA COMPLETO	446,18	1.338,54
137	20	UN	LAMINA DE SERRA MANUAL 12 POL	16,50	330,00
138	5	UN	LAVANCA EM AÇO 1/80 MTS	280,22	1.401,10
139	5	UN	LAVANCA EM AÇO 1/50 MTS	282,09	1.410,45
140	50	UN	LIMA CHATA DE 8"	24,66	1.233,00
141	10	CX	LIMATÃO MOTO SERRA 3/16	123,39	1.233,90
142	30	UND	LITRO DE TINER	21,00	630,00
143	50	UN	LIXA P/FERRO N.100	5,44	272,00
144	10	MT	LONA PLÁSTICA 6MTS LARG. 200MICRA DE 100MTS	13,28	132,80
145	10	MT	LONA PLÁSTICA 8MTS LARG. 200MICRA DE 100MTS	15,32	153,20
146	20	UN	LUVA DE CORRER 25	19,32	386,40
147	80	UN	LUVA DE COURO RASPA CURTA RAMANHO P/M/G	30,38	2.430,40
148	20	UN	LUVA DE PROCEDIMENTOS LISA-TAMANHOS P/M/G	15,44	308,80
149	10	UN	LUVA DE REDUCAO -DN DE 25MMX20MM	2,20	22,00
150	10	UN	LUVA DE REDUCAO -DN DE 50MMX25MM	6,25	62,50
151	10	UN	LUVA ELETRODUTO ¾	3,22	32,20
152	10	UN	LUVA LR 25X1/2 LATÃO	6,69	66,90
153	10	UN	LUVA LR 25X3/4 LATÃO	7,18	71,80
154	40	UN	LUVA MALHA ALGODÃO	7,23	289,20
155	20	UN	LUVA MARRON 50MM	5,25	105,00
156	20	UN	LUVA MARRON 60MM	16,14	322,80
157	20	UN	LUVA MARRON CORRER 32MM	39,59	791,80

158	20	UN	LUVA P/ ELETRODUTO 1.1/2	5,06	101,20
159	20	UN	LUVA PVC SOLDARELND 25MM	2,33	46,60
160	20	UN	LUVA PVC SOLDARELND 32MM	4,07	81,40
161	20	UN	LUVA SIMPLES ESG 100	12,41	248,20
162	20	UN	LUVA SIMPLES ESG 150	18,59	371,80
163	20	UN	LUVA SIMPLES ESG 40	1,65	33,00
164	20	UN	LUVA SIMPLES ESG 50	3,53	70,60
165	20	UN	LUVA SIMPLES ESG 75	5,68	113,60
166	20	MT	MADEIRA RIPÃO ANGELIN	6,20	124,00
167	10	UND	MANGUEIRA ¾ COM 100MTS	3,57	35,70
168	5	UND	MANGUEIRA 1 POLEGADA COM 100MTS	5,24	26,20
169	10	UN	MANGUEIRA DE JARDIM 10M C/ ENGATE	57,75	577,50
170	5	MT	MANGUEIRA DE NÍVEL	3,54	17,70
171	2	UN	MARRETA 1KG	42,58	85,16
172	2	UN	MARRETA 2KG	90,18	180,36
173	5	UN	MARTELO DE UNHA 27MM	76,58	382,90
174	4	UN	MOITÃO DE CORDA	195,57	782,28
175	20	UN	NIPEL DE ¾ " ROSCÁVEL	2,88	57,60
176	20	UN	NIPEL DE 25MM-SOLDÁVEL	2,26	45,20
177	15	UN	ÓLEO DESINGRIPANTE WHITE LUB	20,83	312,45
178	15	UN	PA DE BICO C/CABO	98,34	1.475,10
179	15	UN	PA QUADRADA C/CABO	93,20	1.398,00
180	20	UN	PLUG DE ½ " ROSCÁVEL	1,77	35,40
181	20	UN	PLUG DE ¾" ROSCÁVEL	2,91	58,20
182	10	UN	PNEU P/ CARRO DE MÃO	70,91	709,10
183	100	UN	PORCA 3/8	0,36	36,00
184	100	UN	PORCA 5/8	1,66	166,00
185	500	UND	PORCA DE 1/2	1,28	640,00
186	30	KG	PREGO 3X8	34,62	1.038,60
187	30	KG	PREGO C/ CABEÇA 17X21 1KG	30,68	920,40
188	30	KG	PREGO C/ CABEÇA 19X36 1KG	33,20	996,00
189	30	KG	PREGO C/ CABEÇA 22X48 1KG	34,35	1.030,50
190	30	KG	PREGO C/ CABEÇA 25X72 1KG	37,07	1.112,10
191	100	UN	REBITE ALUMÍNIO 3,2X10MM	0,21	21,00
192	100	UN	REBITE ALUMÍNIO 4,0X12MM	0,32	32,00
193	100	UN	REBITE ALUMÍNIO 4,8X25MM	0,37	37,00
194	100	UN	REBITE ALUMÍNIO 6,2X25MM	0,57	57,00

195	10	UN	REGISTRO DE GAVETA DE ¾", COMPOST DO KIT HASTE, CUNHA E ANEL	95,52	955,20
196	10	UN	REGISTRO DE GAVETA DE 1.1/2"	207,60	2.076,00
197	10	UN	REGISTRO DE GAVETA DE 2" REF.1502, COMPOST DO KIT HASTE E CUNHA REF. 4307-662/4076-352.	326,56	3.265,60
198	10	UN	REGISTRO DE PRESSÃO COM CANOPLA 1/2	117,45	1.174,50
199	10	UN	REGISTRO DE PRESSÃO COM CANOPLA 3/4	146,58	1.465,80
200	10	UN	REGISTRO DE PRESSAO-DN 25MM PVC	33,95	339,50
201	10	UN	REGISTRO ESFERA 25MM	28,50	285,00
202	10	UN	RÉGUA DE ALUMÍNIO C/ 3MT	129,39	1.293,90
203	10	SC	REJUNTE CINZA PLATINA C/ 1 KG	10,03	100,30
204	10	SC	REJUNTE PARA CERÂMICA NA COR BRANCA 1KG	10,03	100,30
205	5	UN	REMOVEDOR GALAO (G) DE 5 OL (UND) PASTOSO	478,00	2.390,00
206	10	UN	SIFÃO 1.1/2X40MM PVC	15,60	156,00
207	10	UN	SIFÃO MULTIUSO DUPLO BR C/ 66CM	29,97	299,70
208	10	UN	SIFÃO MULTIUSO TRIPLO	40,11	401,10
209	10	UN	SILICONE INCOLOR 280G	28,79	287,90
210	5	UN	TALHADEIRA 10 AÇO PURO	30,69	153,45
211	5	UN	TALHADEIRA DE 12"	36,27	181,35
212	300	UN	TE 1/6 COR AZUL	10,00	3.000,00
213	300	UN	TE 25 POL COR AZUL	12,71	3.813,00
214	10	UN	TE CURTO 100X100 ESG	30,33	303,30
215	10	UN	TE CURTO 100X150 ESG	45,98	459,80
216	10	UN	TE CURTO 100X50 ESG	18,74	187,40
217	10	UN	TE CURTO 100X75 ESG	23,03	230,30
218	10	UN	TE CURTO 150 ESG	156,28	1.562,80
219	10	UN	TE CURTO 50 ESG	10,21	102,10
220	10	UN	TE MARROM DE 25X1/2	6,02	60,20
221	10	UN	TE ROSCA (AZUL) 20X1/2	9,83	98,30
222	10	UN	TE SOLDAVEL-DN 50	26,66	266,60

223	200	UND	TELHA 6 MM 3,66X1,10 ONDULADA ETERNIT	183,50	36.700,00
224	12.000	UND	TELHA PLAN	5,85	70.200,00
225	5	UN	TESOURÃO P/GRAMA C/ CABO	77,93	389,65
226	14.000	UN	TIJOLO 14X24 6 FUROS	1,57	21.980,00
227	30.000	UND	TIJOLO 19X29 8 FUROS	1,95	58.500,00
228	50	UN	TORNEIRA BICO DE PATO 1195 3/4	133,98	6.699,00
229	20	UN	TORNEIRA BICO DE PATO-DN 1/2	127,42	2.548,40
230	20	UN	TORNEIRA DE LAVATÓRIO (MODELO EXISTENTE: DECA LINHA ASPEN C35 OU SIMILAR)	135,53	2.710,60
231	10	UN	TORNEIRA DE METAL PARA JARDIM DE ½"	41,02	410,20
232	10	UN	TORNEIRA DE METAL PARA JARDIM DE 3/4 PARA JARDIN	47,18	471,80
233	10	UN	TORNEIRA JARDIM -DN 3/4	12,12	121,20
234	10	UN	TORNEIRA JARDIM -DN1/2	11,50	115,00
235	30	UN	TORNEIRA PLÁSTICA BRANCA P/ PIA BICO DE PATO 1/2	22,35	670,50
236	10	UN	TRENA PROF. DE 50 MTS	101,60	1.016,00
237	20	UN	TRI-LISA 6MT FERRO 5/16-4/2	64,01	1.280,20
238	10	UN	TUBO 150 ESG COM 6 MTS	286,06	2.860,60
239	100	UN	TUBO AZUL IRRIGAÇÃO TUBO PVC DN1 OU 32 MM PN 60 6METRO FC2025	24,19	2.419,00
240	20	UN	TUBO DE 50 ESG COM 6MTS	85,51	1.710,20
241	20	UN	TUBO DE 75 ESG COM 6MTS	91,46	1.829,20
242	20	UN	TUBO PVC SOLDÁVEL DN 25MM, COMPR. 06 MT, CONF.NBR 5688	42,38	847,60
243	20	UN	VÁLVULA DE PÉ -ROSQUEAVEL 3/4	45,60	912,00
244	20	UN	VÁLVULA DE RETENÇÃO 3/4	32,55	651,00
245	10	UN	VÁLVULA EM METAL CROMADO	124,58	1.245,80
246	20	UN	VÁLVULA P/ PIA PLAST. LONGA	3,85	77,00

247	5	UN	VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, PADRÃO POPULAR, TIPO CELITE.	869,80	4.349,00
248	20	UN	VASSOURA DE JARDIM RESISTENTE EM PVC 1,80	58,63	1.172,60
249	20	UN	VASSOURA JARDIM CABO EM MADEIRA COM BASE EM AÇO	65,60	1.312,00
250	20	UN	VASSOURA JARDIM FRAME REGULAVEL	62,37	1.247,40
251	20	UN	VASSOURA JARDIM PVC / 26 DENTES	53,18	1.063,60
252	20	UN	VASSOURA TIPO PIACAVA-Nº 04	29,54	590,80
253	40	UN	VASSOURÃO C/ CABO-40CM	59,60	2.384,00
254	20	UN	VEDANTE PARA TORNEIRA DE ½ PARA JARDIM	2,64	52,80
255	20	UN	VEDANTE PARA TORNEIRA DE ¾" PARA JARDIM	2,59	51,80
256	50	UN	VERGALHÃO 10MM 3/8 12MT	121,54	6.077,00
257	50	UN	VERGALHÃO 4.2MM 12MT	48,25	2.412,50
258	50	UN	VERGALHÃO 6.3MM ¼ 12MT	65,07	3.253,50
259	50	UN	VERGALHÃO 8MM 5/16 12MT	117,21	5.860,50
VALOR TOTAL DO ESTIMADO					R\$ 853.692,23

DOS QUANTITATIVOS TOTAIS POR ÓRGÃO

ITEM	QTD TOTAL	UN	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO POR ÓRGÃO			
				PREFEITURA	EDUCAÇÃO	ASSISTÊNCIA	SAÚDE
1	100	PC	ABRAÇADEIRA NYLON 2.5 X 300MM – PCT 100 UNDS.	70	10	10	10
2	30	UN	ADAPTADOR DE 25X3/4 MARROM	21	3	3	3
3	15	UN	ADESIVO EPÓXI 250G	12	1	1	1
4	3	UN	ALICATE DE PRESSÃO 10	3			
5	30	UN	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO	21	3	3	3
6	20	KG	ARAME 18 RECOZIDO	14	2	2	2

7	45	KG	ARAME GALVANIZADO 14 POLEGADAS 55KGF/MM ² DE RESISTÊNCIA À TRAÇÃO, GALVANIZADO, DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 37M/KG, DIÂMETRO: 2,10MM, BITOLA (BWG): 14, ROLO 1KG.	30	5	5	5
8	15	KG	ARAME GALVANIZADO Nº16 (BWG)	12	1	1	1
9	50	KG	ARAME RECOZIDO	35	5	5	5
10	50	KG	ARAME RECOZIDO TRANÇADO	35	5	5	5
11	30	UN	ARCO DE SERRA REFORÇADA C/ LAMINA	21	3	3	3
12	200	M ³	AREIA FINA	140	20	20	20
13	200	M ³	AREIA GROSSA LIMPA	140	20	20	20
14	50	UN	ARGAMASSA MOD. ACI-20 KG	35	5	5	5
15	500	UND	ARRUELA 1/2 POLEGADA	350	50	50	50
16	150	UN	ARRUELA 3/8	105	15	15	15
17	150	UN	ARRUELA 5/8	105	15	15	15
18	20	UN	ASSENTO SANIT. SIMPLES BRANCO	14	2	2	2
19	20	UN	ASSENTO SANITARIO CONVENCIONAL ACESSO PLUS, DIMENSÕES: COR: BRANCO, MATERIAL: POLIPROPILENO, PESO 1,05KG	14	2	2	2
20	5	UN	BACIA SANITÁRIA SIMPLES BRANCA	2	1	1	1
21	10	UN	BALDE PARA ARGAMASSA 10 L	7	1	1	1
22	20	UN	BALDE PLASTICO COM PEGADO EM AÇO 10 LITROS	14	2	2	2
23	40	UND	BARRA DE COLUNA 5/16 DE 6MTS	28	4	4	4
24	30	UND	BARRA DE FERRO TRELIÇA	21	3	3	3
25	60	UND	BARRA DE PARAFUSO 1/2	42	6	6	6
26	60	UND	BARRA DE VERGALHÃO 12,5MM DE 12 METROS	42	6	6	6
27	60	UND	BARRA DE VERGALHÃO 6,3MM DE 12 METROS	42	6	6	6
28	60	MT	BARRA ROSQUEADA 5/8 1MT	42	6	6	6

29	50	MT	BARRA ROSQUEADA UMC ¼, 1MT	35	5	5	5
30	50	MT	BARRA ROSQUEADA UMC 1/2, 1MT	35	5	5	5
31	100	MT	BARRA ROSQUEADA UMC 3/8, 1MT	70	10	10	10
32	100	MT	BARRA ROSQUEADA UMC 5/16, 1MT	70	10	10	10
33	5	UN	BOIA AUT.SUP. 20A	2	1	1	1
34	10	UN	BOIA DE 1/2 P/ CAIXA D ÁGUA	7	1	1	1
35	10	UN	BOIA DE 3/4 P/ CAIXA D ÁGUA	7	1	1	1
36	72	MT	BRITA Nº 00	51	7	7	7
37	120	MT	BRITA Nº 01	84	12	12	12
38	60	MT	BRITA Nº 02	42	6	6	6
39	20	UN	BROCA EM ESPIRAL PARA MADEIRA 12 MM	14	2	2	2
40	20	UN	BROCA EM ESPIRAL PARA MADEIRA 4 MM	14	2	2	2
41	20	UN	BROCA EM ESPIRAL PARA MADEIRA 5 MM - COMPOSIÇÃO DO MATERIAL: AÇO. DIÂMETRO: 5MM. COMPRIMENTO TOTAL: 85MM. COMPRIMENTO ÚTIL: 45MM	14	2	2	2
42	20	UN	BROCA EM ESPIRAL PARA MADEIRA 6 MM - COMPOSIÇÃO DO MATERIAL: AÇO. DIÂMETRO: 6MM. COMPRIMENTO TOTAL: 90MM. COMPRIMENTO ÚTIL: 50MM	14	2	2	2
43	25	UN	BROCA PARA CONCRETO P DE METAL VÍDEA 05MM: MATERIAL; METAL DURO VÍDEA, COR: AÇO CROMADO	16	3	3	3
44	25	UN	BROCA PARA CONCRETO PONTA DE METAL 06MM MATERIAL: METAL DURO VÍDEA, COR: AÇO CROMADO	16	3	3	3

45	25	UN	BROCA PARA CONCRETO PONTA DE METAL DURO / VÍDEA 08MM. MATERIAL: METAL DURO VÍDEA, COR: AÇO CROMADO.	16	3	3	3
46	25	UN	BROCA PARA CONCRETO PONTA DE METAL DURO / VÍDEA 10MM. MATERIAL: METAL DURO VÍDEA, COR: AÇO CROMADO	16	3	3	3
47	20	CX	BUCHA DE NYLON Nº 10, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERB	14	2	2	2
48	20	CX	BUCHA DE NYLON Nº 12, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERB	14	2	2	2
49	20	CX	BUCHA DE NYLON Nº 6, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERBA	14	2	2	2
50	20	CX	BUCHA DE NYLON Nº 8, COM PARAFUSO DE ROSCA SOBERBA	14	2	2	2
51	10	UN	BUCHA DE RED. 25X20	7	1	1	1
52	50	UN	BUCHA DE REDUÇÃO DE 50MM X 40MM ESGOTO	35	5	5	5
53	50	UN	BUCHA DE REDUÇÃO DE 75MM X 50MM SOLDÁVEL PARA ESGO	35	5	5	5
54	30	UN	CABO DE ENXADA COM MARCA	21	3	3	3
55	20	UN	CABO DE MACHADO EM MADEIRA	14	2	2	2
56	20	UN	CABO DE PA QUADRADA COM MARCA	14	2	2	2
57	20	UN	CABO DE PICARETA-CHIB.	14	2	2	2
58	15	UN	CADEADO COMPLETO Nº30 CORPO EM LATÃO MACIÇO, HASTE EM AÇO C/ DUAS CHAVES EM LATÃO	12	1	1	1

59	15	UN	CADEADO COMPLETO Nº35 CORPO EM LATÃO MACIÇO, HASTE EM AÇO C/ DUAS CHAVES EM LATÃO	12	1	1	1
60	15	UN	CADEADO COMPLETO Nº40 CORPO EM LATÃO MACIÇO, HASTE EM AÇO C/ DUAS CHAVES EM LATÃO	12	1	1	1
61	15	UN	CADEADO CORPO EM LATÃO E TRAÇA EM AÇO CROMADO TRI- CIRCLE DE 20 MM	12	1	1	1
62	15	UN	CADEADO CORPO EM LATÃO E TRAÇA EM AÇO CROMADO TRICIRCLE DE 25MM	12	1	1	1
63	50	UN	CAIBRO C/5,00 MISTO	35	5	5	5
64	50	UN	CAIBRO C/6,00 MISTO	35	5	5	5
65	10	UN	CAIXA 500 LITRO FIBRA	7	1	1	1
66	20	UN	CÂMARA DE AR PARA CARRINHO	14	2	2	2
67	20	UN	CANO 200 ESG COM 6 MTS	14	2	2	2
68	100	UN	CANO AZUL 32MM IRRIGAÇÃO TUBO PVC DN1 PN40 C/ 6 ME	70	10	10	10
69	20	UN	CANO DE 100 ESG COM 6MTS	14	2	2	2
70	20	UN	CANO DE 25 MARRON COM 6MTS	14	2	2	2
71	20	UN	CANO DE 32 MARRON COM 6MTS	14	2	2	2
72	20	UN	CANO DE 40 ESG COM 6MTS	14	2	2	2
73	10	UN	CANO DE 50 MARRON COM 6MTS	7	1	1	1
74	10	UN	CANO DE DESCARGA	7	1	1	1
75	60	UN	CAP DE 25 SOLDÁVEL	42	6	6	6
76	20	UN	CAP SOLDÁVEL-DN 32.	14	2	2	2

77	5	UN	CARRINHO DE MÃO REFORÇADO 60 LITROS - PINTURA ANTICORROSIVA ELETROSTÁTICA (A PÓ); CAÇAMBA REFORÇADA, FABRICADA EM CHAPA DE AÇO 1,5MM; VARAL REFORÇADO, FABRICADO EM TUBO DE AÇO 1,5MM; VOLUME MÁXIMO: 60 LITROS; CARGA MÁXIMA: 150KG; DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 1.600MM; LARGURA: 620MM; ALTURA: 610MM.	2	1	1	1
78	5	UN	CAVADEIRA ARTICULADA GRANDE BOCA DE LOBO COM CABO DE MADEIRA DE 1,50 M - FABRICADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE E RECEBE PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, QUE TEM UMA MELHOR APRESENTAÇÃO VISUAL E MAIOR PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO. O CABO DESTA FERRAMENTA, ALÉM DE POSSUIR ÓTIMA RESISTÊNCIA, É PRODUZIDO COM MADEIRA DE ORIGEM RENOVÁVEL. COMPRIMENTO DO CABO: 120CM. COMPRIMENTO DAS GARRAS: 24CM.	2	1	1	1

79	5	UN	CAVADEIRA ARTICULADA GRANDE BOCA DE LOBO COM CABO DE MADEIRA DE 1,50 M - FABRICADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE E RECEBE PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, QUE TEM UMA MELHOR APRESENTAÇÃO VISUAL E MAIOR PROTEÇÃO CONTRA OXIDAÇÃO. O CABO DESTA FERRAMENTA, ALÉM DE POSSUIR ÓTIMA RESISTÊNCIA, É PRODUZIDO COM MADEIRA DE ORIGEM RENOVÁVEL. COMPRIMENTO DO CABO: 150CM. COMPRIMENTO DAS GARRAS: 24CM.	2	1	1	1
80	80	M²	CERÂMICA BR 45X45 TIPO A	56	8	8	8
81	3.000	SC	CIMENTO 50KG	2100	300	300	300
82	10	UN	COLA ARALDITE 10MIN. 16G	7	1	1	1
83	10	UN	COLA FÓRMICA GALÃO COM 3.6LITRO	7	1	1	1
84	10	UN	COLA P/ CANO BISNAGA 75G	7	1	1	1
85	10	UN	COLHER DE PEDREIRO 10 POLEGADAS MATERIAL: LAMINA FORJADA INTEIRIÇA AÇO CARBONO. ACABAMENTO: POLIDO, VERNIZ ELETROSTÁTICO. TRATAMENTO: TEMPERADO E REVENIDO. CABO: MADEIRA ENVERNIZADA FIXADO COM EPÓXI. TAMANHO: 10";	7	1	1	1

86	5	UN	COLHER DE PEDREIRO 6 POLEGADAS MATERIAL: LAMINA FORJADA INTEIRIÇA AÇO CARBONO. ACABAMENTO: PÓLIDO, VERNIZ ELETROSTÁTICO. TRATAMENTO: TEMPERADO E REVENIDO. CABO: MADEIRA ENVERNIZADA FIXADO COM EPÓXI. TAMANHO: 6"; MEDIDAS (CM): 280X120X142.	2	1	1	1
87	20	UN	COLUNA CA-50 5/18 6MT	14	2	2	2
88	100	UND	CONECTOR PERFURANTE	70	10	10	10
89	25	MT	CORDA NYLON 08 E 6MM	16	3	3	3
90	20	MT	CORDA NYLON 10 E 12MM	14	2	2	2
91	10	MT	CORRENTE EM AÇO 04	7	1	1	1
92	10	MT	CORRENTE EM AÇO 6,5MM	7	1	1	1
93	10	UN	CURVA LONGA DE 45° X 100MM PARA ESGOTO	7	1	1	1
94	10	UN	CURVA LONGA DE 45° X 50MM PARA ESGOTO	7	1	1	1
95	10	UN	CURVA LONGA DE 45° X 75MM PARA ESGOTO	7	1	1	1
96	10	UN	CURVA PVC 25MM 90° GRAUS	7	1	1	1
97	10	UN	CURVA PVC 32MM 90° GRAUS	7	1	1	1
98	10	UN	CX. DESCARGA C/BUCHA, CHICOTE E PARAFUSO	7	1	1	1
99	10	UN	CX. SIFONADA 100X100X50	7	1	1	1
100	3	UN	CX.D ÁGUA POLIETILENO C/1.000 LTS	3			
101	2	UN	CX.D'AGUA FIBRA C/ 5.000 LTS.	2			
102	10	UN	DISCO DE DESBASTE 4	7	1	1	1
103	10	UN	DISCO DIAMANTADO LISO	7	1	1	1
104	10	UN	DISCO DIAMANTADO TURBO	7	1	1	1
105	20	UN	ENXADA C/ CABO	14	2	2	2
106	20	UN	ENXADA S/ CABO 2.5 LIBRAS	14	2	2	2
107	1	UN	ESCADA ALUMÍNIO COM ELEVAÇÃO-6 DEGRAUS	1			
108	1	UN	ESCADA ALUMÍNIO COM TESOURA-7 DEGRAUS	1			

109	15	UN	FACÃO Nº14	12	1	1	1
110	10	UN	FECHADURA 803/03	7	1	1	1
111	10	UN	FECHADURA EXTERNA EXT COM CILINDRO DE BOLA	7	1	1	1
112	20	CX	FITA TEFLON (VEDA ROSCA) - 50M	14	2	2	2
113	20	UN	FOICE ROÇADEIRA EM AÇO E CABO DE MADEIRA, OLHO REDONDO COM 32 MM	14	2	2	2
114	20	UN	FOLHA DE MDF MADEIRITE, 3X2 8MM	14	2	2	2
115	60	MT	FORRO DE PVC BRANCO FRIZADO 6MX20CM	42	6	6	6
116	20	UN	JOELHO 90° P/ ESGOTO- 150MM	14	2	2	2
117	20	UN	JOELHO 90° PVC RIGIDO P/ ESGOTO-DN 100MM	14	2	2	2
118	20	UN	JOELHO 90° PVC RIGIDO P/ ESGOTO-DN 40MM	14	2	2	2
119	20	UN	JOELHO 90° PVC RIGIDO P/ ESGOTO-DN 50MM	14	2	2	2
120	20	UN	JOELHO 90° PVC SOLDABEL 32MM	14	2	2	2
121	20	UN	JOELHO 90° PVC SOLDABEL 40MM	14	2	2	2
122	20	UN	JOELHO 90° PVC SOLDABEL 50MM	14	2	2	2
123	20	UN	JOELHO DE 25MM 90GRAUS	14	2	2	2
124	20	UN	JOELHO DE 40MM ESGOTO 45° GRAUS	14	2	2	2
125	20	UN	JOELHO DE 75 ESGOTO 90° GRAUS	14	2	2	2
126	200	UN	JOELHO DE ROSCA (AZUL) 20X1/2	140	20	20	20
127	200	UN	JOELHO DE ROSCA (AZUL) 25X1/2	140	20	20	20
128	20	UN	JOELHO MARROM DE 20 90° GRAUS	14	2	2	2
129	20	UN	JOELHO MARROM DE 32 45° GRAUS	14	2	2	2

130	20	UN	JOELHO MARRON 25X1/2 90° GRAUS	14	2	2	2
131	20	UN	JOELHO MARRON 25X3/4 90° GRAUS	14	2	2	2
132	20	UN	JOELHO MARRON 60 90° GRAUS	14	2	2	2
133	5	JG	JOGO CHAVE DE ESTRELA-1/8,3/16 E 1/4	2	1	1	1
134	5	JG	JOGO CHAVE DE FENDA-1/8,3/16 E 1/4	2	1	1	1
135	5	JG	JOGO DE CHAVE ALLEN	2	1	1	1
136	3	JG	JOGO DE CHAVE COMBINADA COMPLETO	3			
137	20	UN	LAMINA DE SERRA MANUAL 12 POL	14	2	2	2
138	5	UN	LAVANCA EM AÇO 1/80 MTS	2	1	1	1
139	5	UN	LAVANCA EM AÇO 1/50 MTS	2	1	1	1
140	50	UN	LIMA CHATA DE 8"	35	5	5	5
141	10	CX	LIMATÃO MOTO SERRA 3/16	7	1	1	1
142	30	UND	LITRO DE TINER	21	3	3	3
143	50	UN	LIXA P/FERRO N.100	35	5	5	5
144	10	MT	LONA PLÁSTICA 6MTS LARG. 200MICRA DE 100MTS	7	1	1	1
145	10	MT	LONA PLÁSTICA 8MTS LARG. 200MICRA DE 100MTS	7	1	1	1
146	20	UN	LUVA DE CORRER 25	14	2	2	2
147	80	UN	LUVA DE COURO RASPA CURTA RAMANHO P/M/G	56	8	8	8
148	20	UN	LUVA DE PROCEDIMENTOS LISA-TAMANHOS P/M/G	14	2	2	2
149	10	UN	LUVA DE REDUCAO -DN DE 25MMX20MM	7	1	1	1
150	10	UN	LUVA DE REDUCAO -DN DE 50MMX25MM	7	1	1	1
151	10	UN	LUVA ELETRODUTO ¾	7	1	1	1
152	10	UN	LUVA LR 25X1/2 LATÃO	7	1	1	1
153	10	UN	LUVA LR 25X3/4 LATÃO	7	1	1	1
154	40	UN	LUVA MALHA ALGODÃO	28	4	4	4
155	20	UN	LUVA MARRON 50MM	14	2	2	2
156	20	UN	LUVA MARRON 60MM	14	2	2	2
157	20	UN	LUVA MARRON CORRER 32MM	14	2	2	2

158	20	UN	LUVA P/ ELETRODUTO 1.1/2	14	2	2	2
159	20	UN	LUVA PVC SOLDARELDA 25MM	14	2	2	2
160	20	UN	LUVA PVC SOLDARELDA 32MM	14	2	2	2
161	20	UN	LUVA SIMPLES ESG 100	14	2	2	2
162	20	UN	LUVA SIMPLES ESG 150	14	2	2	2
163	20	UN	LUVA SIMPLES ESG 40	14	2	2	2
164	20	UN	LUVA SIMPLES ESG 50	14	2	2	2
165	20	UN	LUVA SIMPLES ESG 75	14	2	2	2
166	20	MT	MADEIRA RIPÃO ANGELIN	14	2	2	2
167	10	UND	MANGUEIRA ¾ COM 100MTS	7	1	1	1
168	5	UND	MANGUEIRA 1 POLEGADA COM 100MTS	2	1	1	1
169	10	UN	MANGUEIRA DE JARDIM 10M C/ ENGATE	7	1	1	1
170	5	MT	MANGUEIRA DE NÍVEL	2	1	1	1
171	2	UN	MARRETA 1KG	2			
172	2	UN	MARRETA 2KG	2			
173	5	UN	MARTELO DE UNHA 27MM	2	1	1	1
174	4	UN	MOITÃO DE CORDA	4			
175	20	UN	NIPEL DE ¾" ROSCÁVEL	14	2	2	2
176	20	UN	NIPEL DE 25MM-SOLDÁVEL	14	2	2	2
177	15	UN	ÓLEO DESINGRIPANTE WHITE LUB	12	1	1	1
178	15	UN	PA DE BICO C/CABO	12	1	1	1
179	15	UN	PA QUADRADA C/CABO	12	1	1	1
180	20	UN	PLUG DE ½" ROSCÁVEL	14	2	2	2
181	20	UN	PLUG DE ¾" ROSCÁVEL	14	2	2	2
182	10	UN	PNEU P/ CARRO DE MÃO	7	1	1	1
183	100	UN	PORCA 3/8	70	10	10	10
184	100	UN	PORCA 5/8	70	10	10	10
185	500	UND	PORCA DE 1/2	350	50	50	50
186	30	KG	PREGO 3X8	21	3	3	3
187	30	KG	PREGO C/ CABEÇA 17X21 1KG	21	3	3	3
188	30	KG	PREGO C/ CABEÇA 19X36 1KG	21	3	3	3
189	30	KG	PREGO C/ CABEÇA 22X48 1KG	21	3	3	3
190	30	KG	PREGO C/ CABEÇA 25X72 1KG	21	3	3	3
191	100	UN	REBITE ALUMÍNIO 3,2X10MM	70	10	10	10
192	100	UN	REBITE ALUMÍNIO 4,0X12MM	70	10	10	10
193	100	UN	REBITE ALUMÍNIO 4,8X25MM	70	10	10	10
194	100	UN	REBITE ALUMÍNIO 6,2X25MM	70	10	10	10

195	10	UN	REGISTRO DE GAVETA DE ¾", COMPOST DO KIT HASTE, CUNHA E ANEL	7	1	1	1
196	10	UN	REGISTRO DE GAVETA DE 1.1/2"	7	1	1	1
197	10	UN	REGISTRO DE GAVETA DE 2" REF.1502, COMPOST DO KIT HASTE E CUNHA REF. 4307-662/4076-352.	7	1	1	1
198	10	UN	REGISTRO DE PRESSÃO COM CANOPLA 1/2	7	1	1	1
199	10	UN	REGISTRO DE PRESSÃO COM CANOPLA 3/4	7	1	1	1
200	10	UN	REGISTRO DE PRESSAO-DN 25MM PVC	7	1	1	1
201	10	UN	REGISTRO ESFERA 25MM	7	1	1	1
202	10	UN	RÉGUA DE ALUMÍNIO C/ 3MT	7	1	1	1
203	10	SC	REJUNTE CINZA PLATINA C/ 1 KG	7	1	1	1
204	10	SC	REJUNTE PARA CERÂMICA NA COR BRANCA 1KG	7	1	1	1
205	5	UN	REMOVEDOR GALAO (G) DE 5 OL (UND) PASTOSO	2	1	1	1
206	10	UN	SIFÃO 1.1/2X40MM PVC	7	1	1	1
207	10	UN	SIFÃO MULTIUSO DUPLO BR C/ 66CM	7	1	1	1
208	10	UN	SIFÃO MULTIUSO TRIPLO	7	1	1	1
209	10	UN	SILICONE INCOLOR 280G	7	1	1	1
210	5	UN	TALHADEIRA 10 AÇO PURO	2	1	1	1
211	5	UN	TALHADEIRA DE 12"	2	1	1	1
212	300	UN	TE 1/6 COR AZUL	210	30	30	30
213	300	UN	TE 25 POL COR AZUL	210	30	30	30
214	10	UN	TE CURTO 100X100 ESG	7	1	1	1
215	10	UN	TE CURTO 100X150 ESG	7	1	1	1
216	10	UN	TE CURTO 100X50 ESG	7	1	1	1
217	10	UN	TE CURTO 100X75 ESG	7	1	1	1
218	10	UN	TE CURTO 150 ESG	7	1	1	1
219	10	UN	TE CURTO 50 ESG	7	1	1	1
220	10	UN	TE MARROM DE 25X1/2	7	1	1	1
221	10	UN	TE ROSCA (AZUL) 20X1/2	7	1	1	1
222	10	UN	TE SOLDAVEL-DN 50	7	1	1	1

223	200	UND	TELHA 6 MM 3,66X1,10 ONDULADA ETERNIT	140	20	20	20
224	12.000	UND	TELHA PLAN	8400	1200	1200	1200
225	5	UN	TESOURÃO P/GRAMA C/ CABO	2	1	1	1
226	14.000	UN	TIJOLO 14X24 6 FUIROS	9800	1400	1400	1400
227	30.000	UND	TIJOLO 19X29 8 FUIROS	21000	3000	3000	3000
228	50	UN	TORNEIRA BICO DE PATO 1195 3/4	35	5	5	5
229	20	UN	TORNEIRA BICO DE PATO-DN 1/2	14	2	2	2
230	20	UN	TORNEIRA DE LAVATÓRIO (MODELO EXISTENTE: DECA LINHA ASPEN C35 OU SIMILAR)	14	2	2	2
231	10	UN	TORNEIRA DE METAL PARA JARDIM DE 1/2"	7	1	1	1
232	10	UN	TORNEIRA DE METAL PARA JARDIM DE 3/4 PARA JARDIN	7	1	1	1
233	10	UN	TORNEIRA JARDIM -DN 3/4	7	1	1	1
234	10	UN	TORNEIRA JARDIM -DN1/2	7	1	1	1
235	30	UN	TORNEIRA PLÁSTICA BRANCA P/ PIA BICO DE PATO 1/2	21	3	3	3
236	10	UN	TRENA PROF. DE 50 MTS	7	1	1	1
237	20	UN	TRI-LISA 6MT FERRO 5/16-4/2	14	2	2	2
238	10	UN	TUBO 150 ESG COM 6 MTS	7	1	1	1
239	100	UN	TUBO AZUL IRRIGAÇÃO TUBO PVC DN1 OU 32 MM PN 60 6METRO FC2025	70	10	10	10
240	20	UN	TUBO DE 50 ESG COM 6MTS	14	2	2	2
241	20	UN	TUBO DE 75 ESG COM 6MTS	14	2	2	2
242	20	UN	TUBO PVC SOLDÁVEL DN 25MM, COMPR. 06 MT, CONF.NBR 5688	14	2	2	2
243	20	UN	VÁLVULA DE PÉ -ROSQUEAVEL 3/4	14	2	2	2
244	20	UN	VÁLVULA DE RETENÇÃO 3/4	14	2	2	2
245	10	UN	VÁLVULA EM METAL CROMADO	7	1	1	1
246	20	UN	VÁLVULA P/ PIA PLAST. LONGA	14	2	2	2

247	5	UN	VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA, PADRÃO POPULAR, TIPO CELITE.	2	1	1	1
248	20	UN	VASSOURA DE JARDIM RESISTENTE EM PVC 1,80	14	2	2	2
249	20	UN	VASSOURA JARDIM CABO EM MADEIRA COM BASE EM AÇO	14	2	2	2
250	20	UN	VASSOURA JARDIM FRAME REGULAVEL	14	2	2	2
251	20	UN	VASSOURA JARDIM PVC / 26 DENTES	14	2	2	2
252	20	UN	VASSOURA TIPO PIACAVA-Nº 04	14	2	2	2
253	40	UN	VASSOURÃO C/ CABO-40CM	28	4	4	4
254	20	UN	VEDANTE PARA TORNEIRA DE ½ PARA JARDIM	14	2	2	2
255	20	UN	VEDANTE PARA TORNEIRA DE ¾ PARA JARDIM	14	2	2	2
256	50	UN	VERGALHÃO 10MM 3/8 12MT	35	5	5	5
257	50	UN	VERGALHÃO 4.2MM 12MT	35	5	5	5
258	50	UN	VERGALHÃO 6.3MM ¼ 12MT	35	5	5	5
259	50	UN	VERGALHÃO 8MM 5/16 12MT	35	5	5	5

1.2. CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇO/BEM

1.2.1. itens que integram o objeto a ser contratado caracterizam-se como bens comuns, em consonância ao que dispõe o inciso XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021, qual seja, bens “cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

1.3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de materiais de construção destinados à realização de reparos e manutenções preventivas e corretivas em prédios públicos, vias e demais estruturas pertencentes a este município, tanto da Prefeitura, como dos Fundos Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social.

A demanda se justifica pela necessidade contínua de conservação e adequação das instalações públicas, garantindo condições seguras, funcionais e adequadas de uso para servidores e população



em geral. A manutenção periódica contribui para evitar a deterioração dos bens públicos, reduzindo custos com reformas mais complexas no futuro.

Além disso, a disponibilidade imediata desses materiais possibilita maior agilidade na execução de serviços emergenciais, como reparos em estruturas danificadas, correções em instalações hidráulicas e elétricas, recuperação de calçadas, entre outros.

Ressalta-se que a conservação do patrimônio público é dever da Administração, sendo essencial para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

Dessa forma, a aquisição dos materiais de construção mostra-se indispensável para garantir a eficiência na gestão pública, promovendo melhorias na infraestrutura municipal e atendendo ao interesse público.

Com a aquisição dos materiais de construção, pretende-se assegurar a realização contínua e eficiente de serviços de reparos e manutenções em bens públicos municipais, promovendo a conservação adequada das estruturas físicas.

Espera-se garantir maior agilidade no atendimento de demandas emergenciais e rotineiras, reduzindo o tempo de resposta na execução dos serviços e evitando a paralisação de atividades essenciais.

Busca-se ainda a ampliação da vida útil das edificações e demais estruturas públicas, minimizando custos com reformas de grande porte decorrentes da falta de manutenção preventiva.

1.4.

Como resultado, almeja-se proporcionar melhores condições de uso dos espaços públicos, garantindo segurança, acessibilidade e conforto para servidores e usuários dos serviços, além de contribuir para a eficiência administrativa e a qualidade dos serviços prestados à população.



2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Trata-se de contratação de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos nos documentos de contratação por meio de especificações usuais no mercado.

3.2. A descrição da solução apresenta-se técnica e economicamente viável, pois o histórico demonstra a existência de mercado sólido, tendo a administração pública obtido êxito na maioria dos certames com objetos similares, onde diversos órgãos fazem contratação dos itens objetos deste termo de referência, para atendimento de suas demandas. Ao observar as soluções postas, ponderando-se a vantajosidade de cada uma delas, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela SOLUÇÃO 1 - Aquisição dos produtos através de processo licitatório regular, Pregão Eletrônico SRP.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A ENTREGA DOS MATERIAIS DEVERÁ SER FEITA DE FORMA PARCELADA, NA MEDIDA DA NECESSIDADE, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA CORRESPONDENTE AO PEDIDO, SENDO QUE O PRAZO MÁXIMO PARA A ENTREGA DESTES ITENS NÃO PODERÁ ULTRAPASSAR 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE COMPRA/NOTA DE EMPENHO EMITIDA PELO MUNICÍPIO DE MONTE SANTO DO TOCANTINS;

4.2. Os materiais deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de MONTE SANTO DO TOCANTINS,

4.3. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto se estiver em desacordo com as especificações e as cláusulas contratuais com o Termo de Referência.

4.4. Caso seja constatado que o fornecimento do objeto foi executado em desacordo com o especificado ou exigido, com defeito ou incompleto, mesmo após o recebimento definitivo



5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 5.3. As comunicações entre a secretaria e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 5.4. A secretaria poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a secretaria poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO

- 5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 5.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 5.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Liquidação

- 6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;



6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, ou, na impossibilidade de acesso ao online mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

Prazo de pagamento

6.5. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;

Forma de pagamento

6.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

7.1. Será selecionada a proposta que:

- a) apresentar o menor preço por item, devendo a empresa atender a todos os requisitos solicitados.
- b) apresentar documentação de habilitação solicitada, bem como não estar proibido de licitar ou contratar com a Administração Pública.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.2. Os documentos poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta ou abertura de diligência.

7.3. Para fins de participação neste procedimento licitatório as pessoas jurídicas deverão apresentar as seguintes documentações:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Conforme o Art. 68 da Lei nº 14.133/2021:

- a) Cédula de Identidade ou Documento Equivalente com foto;
- b) Registro comercial, no caso de firma individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria;
- d) Inscrição no ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

I - Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo IV), assinada por representante (s) legal (is) da empresa.

II - Declaração da licitante sob as penas da lei, de que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, assinada por representante (s) legal (is) da empresa.

III - Declaração que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos;



IV - Declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal;

V - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VI - Declaração Atestando que a Empresa Licitante não possui em seu quadro societário servidor público da Prefeitura Municipal de MONTE SANTO DO TOCANTINS/TO.

Obs.: Caso as Declarações citadas nos subitens I, II, III, IV, V, VI, não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da empresa, identificadas no Ato Constitutivo, às mesmas deverão vir acompanhadas de “Procuração” que conceda poderes ao signatário das Declarações ou através do Credenciamento.

HABILITAÇÃO FISCAL:

a) Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da receita Federal, esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;

b) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débito Estadual;

c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débito Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;

d) Certidão Negativa, expedida pela Caixa Econômica Federal, com a finalidade de comprovar a inexistência de débitos junto ao Fundo de Garantia por tempo de serviço - FGTS; instituídos por lei. Lei 8.036 de 1990, Art. 27, a;

e) Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida através do site www.tst.jus.br/certidão, de acordo com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011, ou outra que tenha a mesma comprovação na forma da lei;

f) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte da origem do licitante (BIC, FIC, FAC ou equivalente, emitida por órgão competente).

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de, no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à publicação do primeiro aviso desta licitação, exceto se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão.

HABILITAÇÃO TÉCNICA:

a) ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, em cópia acompanhada do original ou autenticada



por cartório competente, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, apresentado (s) em papel timbrado da emitente, sendo emitido por empresa privada deverá ter firma reconhecida em cartório, que comprove (m) a aptidão para o fornecimento de veículo em característica ao objeto desta licitação.

7.4. As **microempresas e empresas de pequeno porte**, assim definidas no art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (**art. 43, caput da Lei Complementar no 123/2006 e art. 43, §1º da Lei Complementar n.º 147/2014**);

7.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, no ato do Credenciamento será assegurado o prazo de 5 (CINCO) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado credenciado, prorrogáveis por igual período, ou mais, quando conveniente para a Administração, objetivando sempre o interesse público; para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, exceto nos casos de urgência na contratação ou de prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados no processo (art. 43, §1º da Lei Complementar n.º 147/2014).

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. Fornecer os elementos básicos e dados complementares necessários ao fornecimento.
- 9.2. Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços/fornecimento.
- 9.3. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA.
- 9.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.5. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo de 30 (trinta) dias.
- 9.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.7. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste procedimento licitatório,



assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, em subempreitada.
- 10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.1.7. Utilizar, na execução do serviço contratado, pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.
- 10.1.8. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições e prazos firmados na proposta comercial.
- 10.1.9. Desenvolver todas as atividades constantes no edital, bem como seguir as especificações funcionais do mesmo;
- 10.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de



- acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros
- 10.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.1.12. Aceitar os acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE solicitar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, bem como a prestar os serviços conforme as especificações deste edital, nos termos do Art. 125, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.1.13. Realizar o cumprimento integral, de própria responsabilidade, dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, de toda espécie, resultantes da execução do presente contrato. A inadimplência da CONTRATADA, com relação aos encargos elencados nesta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 10.1.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 10.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 10.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. DAS PENALIDADES

- 11.1. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

ADVERTÊNCIA

- 11.1.1. A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à



inexecução do contrato, nos termos do Art. 156, §1º, e Art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

MULTA

- 11.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do serviço, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.
- 11.1.3. Pelo atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, contados da ordem de compra, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato.
- 11.1.4. Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso no fornecimento, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.
- 11.1.5. A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.
- 11.1.6. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou cobrada judicialmente.
- 11.1.7. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.
- 11.1.8. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do Art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

- 11.1.9. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o município pelo prazo de até um ano, aplicada pelo(a) Prefeito(a) Municipal, nos termos do Art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR

- 11.1.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o município enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito(a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir o município pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do Art. 156, §5º e §6º, da Lei nº 14.133/2021.
- 11.1.11. As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar



poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

- 11.1.12. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.
- 11.1.13. Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.
- 11.1.14. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (Art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12. DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

- 12.1. São prerrogativas do CONTRATANTE sobre o presente contrato, nos termos do Art. 104 da Lei nº 14.133/2021:
 - 12.1.1. modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
 - 12.1.2. extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
 - 12.1.3. fiscalizar sua execução;
 - 12.1.4. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
 - 12.1.5. ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:
 - 12.1.5.1. risco à prestação de serviços essenciais;
 - 12.1.5.2. necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.
 - 12.1.5.3. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

13. DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 13.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a



rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

- 13.2. A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no Art. 138, inciso I, II e III, e estará sob as consequências determinadas pelo Art. 139, todos da Lei nº 14.133/2021
- 13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.4. Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, bem como eventuais residuais pecuniários de inadimplência, inclusive no caso de perdas e danos, serão atualizados pelo IPCA, ou outro que o venha substituir, e incidentes de juros moratórios de 0,5% ao mês para quem der causa à inadimplência.
- 13.5. A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando a dele fazer parte.
- 13.6. As partes poderão adotar meios alternativos de resolução de controvérsias, nos termos do disposto pelos arts. 151, 152, 153 e 154 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E REAJUSTE

- 14.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 670.975,51 (seiscentos e setenta mil e novecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar.
- 14.2. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do Art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.
- 14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária anual, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE	ELEMENTO
FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	04.0401.10.301.0103.2040	15001002000000	3.3.90.30
SEC.DE AGRICULTURA	03.0380.18.541.0103.2037	15000000000000	3.3.90.30
SEC. DE TRANSPORTES	03.0310.26.782.0103.2008	15000000000000	3.3.90.30
SEC. DE OBRAS	03.0370.04.122.0103.2033	15000000000000	3.3.90.30
SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	06.0601.12.361.0103.2023	15001001000000	3.3.90.30
SEC. MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	05.0501.08.241.0106.2055	16600000100000 16690000100000	3.3.90.30
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO	03.0330.04.122.0103.2011	15000000000000	3.3.90.30

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, observando-se o que dispõe o artigo 106, da Lei 14.133/2021.

Monte Santo do Tocantins - TO, 03 de março de 2026.

RONALDO MOREIRA DA SILVA JUNIOR

Secretário de Planejamento e Compras

DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA



Nesta data, declaro que este Termo de Referência foi analisado e aprovado pela Gestora Municipal, podendo ser encaminhado para os demais setores para fins de consecução dos seus objetivos para o atendimento das necessidades da administração pública.

Monte Santo do Tocantins - TO, 03 de março de 2026.

PABLO MARTINS DOS SANTOS

Gestor do Fundo Municipal de Educação de Monte Santo do Tocantins.

SUELY MILHOMEM MEDRADO

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Monte Santo do Tocantins.

LEILIANI ALVES DA SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Monte Santo do Tocantins.

NEZITA MARTINS NETA

Prefeita Municipal



ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° ____/2026

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONTE SANTO DO TOCANTINS E A EMPRESA

_____.

Por este instrumento contratual, de um lado, O **MUNICÍPIO DE MONTE SANTO DO TOCANTINS**, com sede na XXXXXXXX, MONTE SANTO do Tocantins , Estado do Tocantins, inscrito no CNPJ sob o n° XXXXXXXX, representado por seu Ordenador de Despesas, Senhor NEZITA MARTINS NETA, Inscrito no CPF sob n° _____, RG: _____SSP/_____, residente e domiciliado na _____ s/n° em _____ , Estado do _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, XXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º XXXX, com sede na Rua XXXX, n.º XXXX, Bairro XXXX, CEP XXXX, na cidade de XXXX, neste ato representado por outorgado público, Sr(a). XXXX, naturalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob o n.º XXXX e do RG n.º XXXX, residente e domiciliado(a) na Rua XXXX, Bairro XXXX, na cidade de XXXX, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º xxx/xxxx, e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico N.º xxx/xxxx, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA



MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO.

1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.1.3. A Proposta do contratado;

1.1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de (.....) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. A Contratada deverá dar início à execução dos serviços em até 05 (cinco) dias depois de firmado o Contrato de Prestação de Serviços/fornecimento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO OBJETO.

3.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos/prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É VEDADA a subcontratação do objeto.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato



5.2. A empresa deverá emitir a nota fiscal eletrônica, **devendo constar, obrigatoriamente**, o número do contrato de repasse (se houver), número do empenho, número do contrato administrativo, número da licitação, número do pagamento e demais dados que a CONTRATANTE entender necessários.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

7.1. Os recursos orçamentários para fazer face às despesas do objeto da presente contratualização, para o exercício que lhe corresponda, correrão por conta de dotação orçamentária a seguir codificada:

ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE

7.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante



apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 8.1.** Fornecer os elementos básicos e dados complementares necessários ao fornecimento.
- 8.2.** Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços/fornecimento.
- 8.3.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA.
- 8.4.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.5.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo de 30 (trinta) dias.
- 8.6.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.7.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- 9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste procedimento licitatório, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 9.1.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 9.1.2.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 9.1.3.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 9.1.4.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, em subempreitada.



- 9.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.1.7.** Utilizar, na execução do serviço contratado, pessoal qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas.
- 9.1.8.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por si assumidas, todas as condições e prazos firmados na proposta comercial.
- 9.1.9.** Desenvolver todas as atividades constantes no edital, bem como seguir as especificações funcionais do mesmo;
- 9.1.10.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros
- 9.1.11.** .Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.12.** Aceitar os acréscimos ou supressões que o CONTRATANTE solicitar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, bem como a prestar os serviços conforme as especificações deste edital, nos termos do Art. 125, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.1.13.** Realizar o cumprimento integral, de própria responsabilidade, dos encargos



trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, de toda espécie, resultantes da execução do presente contrato. A inadimplência da CONTRATADA, com relação aos encargos elencados nesta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

- 9.1.14.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.1.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 9.1.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.1.17.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na LEI Nº 13.853, DE 8 DE JULHO DE 2019, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.1.18.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1.** Para fins de cumprimento do Art. 117, §1º, §2º e §3º, da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATANTE designa o Sr(a). XXXX, MAT. XXXX, como fiscal de contrato.
- 10.2.** A CONTRATADA ficará sujeita à fiscalização do CONTRATANTE, que a qualquer momento, terá poderes de interferir no andamento dos serviços/fornecimentos, reservando-se ainda o direito de recusar o recebimento dos serviços/materiais caso não



estiverem de acordo com os padrões técnicos especificados e exigidos.

- 10.3.** É responsabilidade da CONTRATADA a qualidade dos serviços executados ou fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

- 11.1.** Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

11.2. ADVERTÊNCIA

- 11.2.1.** A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do Art. 156, §1º, e Art. 155, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. MULTA

- 11.3.1.** Pelo atraso injustificado na execução do serviço, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.
- 11.3.2.** Pelo atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, contados da ordem de compra, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.
- 11.3.3.** Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso no fornecimento, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.
- 11.3.4.** A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.
- 11.3.5.** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.
- 11.3.6.** Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.



11.3.7. O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do Art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

11.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

11.4.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o município pelo prazo de até um ano, aplicada pelo(a) Prefeito(a) Municipal, nos termos do Art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

11.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR

11.5.1. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o município enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito(a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do Art. 156, §5º e §6º, da Lei nº 14.133/2021.

11.6. As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

11.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

11.8. Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizados monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha o substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

11.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (Art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

12.1. São prerrogativas do CONTRATANTE sobre o presente contrato, nos termos do Art. 104 da Lei nº 14.133/2021:

12.1.1. modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de



interesse público, respeitados os direitos do contratado;

12.1.2. extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

12.1.3. fiscalizar sua execução;

12.1.4. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

12.1.5. ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

12.1.5.1. risco à prestação de serviços essenciais;

12.1.5.2. necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

12.2. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.

13.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2. A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no Art. 138, inciso I, II e III, e estará sob as consequências determinadas pelo Art. 139, todos da Lei nº 14.133/2021.

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, bem como eventuais residuais pecuniários de inadimplência, inclusive no caso de perdas e danos, serão atualizados pelo IPCA, ou outro que o venha substituir, e incidentes de juros moratórios de 0,5% ao mês para quem der causa à inadimplência.

13.5. A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se



reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando a dele fazer parte.

13.6. As partes poderão adotar meios alternativos de resolução de controvérsias, nos termos do disposto pelos arts. 151, 152, 153 e 154 da Lei nº 14.133/2021.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Para as situações não previstas neste contrato, aplicar-se-á o regramento dado pela Lei nº 14.133/2021, no que ela prever, bem como demais legislações pertinentes ao objeto deste instrumento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO.

16.1. Para a eficácia da contratação a mesma deverá ser publicada conforme a aplicação da lei federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no Diário Oficial do ente, ou no Portal da Transparência do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo de sua tempestiva disponibilização no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. As partes elegem o foro da Comarca de Paraisópolis do Tocantins-TO, para dirimir dúvidas ou divergências, que poderão advir ao presente Contrato, nos termos do Art. 92, §1º, da



Lei 14.133/2021.

E por estarem às partes plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento para que surta os jurídicos e legais efeitos.

MONTE SANTO DO TOCANTINS, (dia) do (mês) do (ano).

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE MONTE SANTO DO TOCANTINS/TO

NEZITA MARTINS NETA

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATADO

EMPRESA

CNPJ:

NOME REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO III - CARTA DE CREDENCIAMENTO

AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DO TOCANTINS – TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2179/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO.

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade _____, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA/EMPRESA DE
PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DO TOCANTINS – TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2179/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que a empresa está enquadrada como (MICROEMPRESA / EMPRESA DE PEQUENO PORTE / MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL) de acordo com as condições estabelecidas no art. 3º da lei complementar 123/2006.

❖ **RESSALVA:** INDICAR SOMENTE O ENQUADRAMENTO DA LICITANTE

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO V - DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DO TOCANTINS – TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2179/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO.

Nome completo: _____ RG nº: _____ CPF nº: _____ DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico N.º xxx/xxxx, cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório, bem como, a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO VI - DECLARAÇÃO QUE SUA PROPOSTA ECONÔMICA
COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**

AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DO TOCANTINS – TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2179/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO.

Nome completo: _____ RG nº: _____ CPF nº: _____ DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar da Pregão Eletrônico N.º xxx/xxxx, declara de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DO TOCANTINS – TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2179/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO.

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (nome empresarial), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº xxx/xxxx, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que: a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório; d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto; e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la. DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de



quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como: I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada; II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei; III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados; IV – no tocante a licitações e contratos: a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente; e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos Respetivos instrumentos contratuais; ou g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS

AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DO TOCANTINS – TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2179/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO.

Nome completo: _____

RG nº: _____

_____ CPF nº _____

DECLARO, sob as penas da lei o devido cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO IX - DECLARAÇÃO ATESTANDO QUE A EMPRESA LICITANTE NÃO POSSUI
EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO**

AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DO TOCANTINS – TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2179/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO.

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, Sr(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, que, não possui em seu quadro funcional servidor público da PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DO TOCANTINS/TO.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO X - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII,
ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DO TOCANTINS – TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2179/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO.

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, Sr(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, declara, para fins do disposto no inc. VI do Art. nº 68 da lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO XI - MODELO DE “PROPOSTA DE PREÇOS”

AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DO TOCANTINS – TO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2179/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO.

Prezados,

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa Proposta, relativa ao objeto do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 006/2026, bem como as informações, especificações e as condições abaixo discriminadas:

1. Identificação da Licitante:

- Razão Social:
- Inscrição CNPJ:
- Inscrição Estadual ou Municipal:
- Endereço Completo:
- Nº Telefone, e-mail:

2. Dados bancários:

- Banco, Nº Agência, Nº Conta Corrente:

3. Identificação do Representante Legal:

- Nome Completo:



- Inscrição CPF:
- Nº Celular, e-mail:

4. Formação do Preço:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	MARCA	V. UNIT	V. TOTAL

VALOR TOTAL:

VALOR TOTAL POR EXTENSO:

5. Validade da Proposta:

- A presente Proposta Escrita é válida por 60 (sessenta) dias, contados da data da sua apresentação.

6. Condições Gerais da Proposta:

- Nos preços estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- O objeto cotado atende todas as exigências do Edital e seus anexos, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas.
- O prazo de execução do objeto será o indicado no termo de referência. o local de execução/entrega do objeto será conforme o indicado no Termo de Referência

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

OBSERVAÇÕES:

- UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE;
- IDENTIFICAR O NOME DO SIGNATÁRIO



- SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



ANEXO XII- MINUTA DE “ATA DE REGISTRO DE PREÇOS”

De um lado o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, O **MUNICÍPIO DE MONTE SANTO DO TOCANTINS**, com sede na XXXXXXXX, MONTE SANTO do Tocantins , Estado do Tocantins, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, representado por seu Ordenador de Despesas, Senhor **NEZITA MARTINS NETA**, Inscrito no CPF sob nº _____, RG: _____SSP/_____, residente e domiciliado na _____ s/nº em _____ , Estado do _____, na qualidade de Prefeita Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) ena(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS A PREFEITURA MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DE MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO conforme especificações constantes no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	-------------------	------------	-------	----------------	-------------



1						
2						
3						
...						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DO TOCANTINS/TO**, inscrito no CNPJ XXXXXXXX, sediado na sede na XXXXXX, MONTE SANTO DO TOCANTINS-TO.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias,



observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. Dos limites para as adesões

4.6.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.6.3. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.2.

4.7. Vedação a acréscimo de quantitativos

4.7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



- 5.1.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.3. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.6. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.7. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.7.1.** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.7.2.** Mantiverem sua proposta original.
- 5.8. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.9. O registro a que se refere o item 5.7 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.10. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua



proposta original.

5.11. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.11.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.11.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.12. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Diário oficial do município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.13. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.14. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.15. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.16. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.17. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.17.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação,



com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.17.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.18. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.4. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



- 7.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 - 7.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
 - 7.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
 - 7.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
 - 7.2.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
 - 7.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na



ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade



participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
 - 9.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.5.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade



gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público

9.4.2. pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Para fins de cumprimento do Art. 117, §1º, §2º e §3º, da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE designa o Sr(a). XXXX, MAT. XXXX, como fiscal da Ata de registro de preços.

11.2. A CONTRATADA ficará sujeita à fiscalização do CONTRATANTE, que a qualquer



momento, terá poderes de interferir no andamento dos serviços/fornecimentos, reservando-se ainda o direito de recusar o recebimento dos serviços/materiais caso não estiverem de acordo com os padrões técnicos especificados e exigidos.

- 11.3. É responsabilidade da CONTRATADA a qualidade dos serviços executados ou fornecidos para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado

12. CONDIÇÕES GERAIS

- 12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 12.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

MONTE SANTO DO TOCANTINS, (dia) do (mês) do (ano).

Representante legal do órgão gerenciador

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)